



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

ALESSANDRA DAMASCENO DE ALMEIDA

**PARCERIAS COMERCIAIS DA EMPRESA DE COSMÉTICOS NATURA NAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA: um estudo de caso na
comunidade quilombola do Jacarequara em Santa Luzia do Pará.**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado à
Faculdade de Geografia da UNIFESSPA como requisito
parcial para a obtenção da graduação de bacharelado e
licenciatura em geografia.

Orientadora: Prof^a. M^a. Gleice Kelly Gonçalves da
Costa.

MARABÁ/PA
2016

ALESSANDRA DAMASCENO DE ALMEIDA

**PARCERIAS COMERCIAIS DA EMPRESA DE COSMÉTICOS NATURA NAS
COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZÔNIA: um estudo de caso na
comunidade quilombola do Jacarequara em Santa Luzia do Pará.**

Data da Defesa _____ / _____ / _____

Conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^ª. M^a. Gleice Kelly Gonçalves da Costa.
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Examinador: Prof^º. Me. Rogério Souza Marinho
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Examinador: Prof^º. Me. Michel de Melo Lima
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA. Marabá,PA

Almeida, Alessandra Damasceno de

Parcerias comerciais da empresa de cosméticos Natura nas comunidades tradicionais da Amazônia: um estudo de casona comunidade quilombola do Jacarequara em Santa Luzia do Pará / Alessandra Damasceno de Almeida; orientador, Gleice Kelly Gonçalves da Costa. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura em Geografia, Marabá, 2016.

1. Empresas – Aspectos sociais – Santa Luzia do Pará (PA). 2. Comunidades agrícolas. 3. Economia agrícola. 4. Geografia humana - Santa Luzia do Pará (PA). 5. Territorialidade humana – Santa Luzia do Pará (PA). I. Costa, Gleice Kelly Gonçalves da, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 658.408098115

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha filha Samili, a meu esposo Rozemberg com todo amor e dedicação, aos meus pais, aos quilombolas do Jacarequara, e a todos aqueles que se empenharam durante minha pesquisa para que este momento acontecesse, meu muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus que ofereceu a dádiva da vida, e que me ilumina e me protege em todos os momentos, mesmo naqueles momentos em que não mereço a sua infinita misericórdia. Ao meu amigo e companheiro de todas as horas que me apoiou e me deu credibilidade, amor, paciência e incentivo em todos os momentos da minha trajetória universitária. É com muito orgulho que nomeio o responsável por tamanho agradecimento, Rozemberg Ribeiro de Almeida.

Aos meus pais Francisco Fernandes de Almeida e Maria Alice de Moura Damasceno que me deram apoio e incentivo por meio do carinho e dedicação em cuidados com a minha filha nos períodos em que me ausentei. Sem deixar de agradecer ao carinho e compreensão de minha filha Samili Almeida de Almeida, que mesmo distante dos meus carinhos continuou com o seu crescimento pessoal me apoiando nas horas de saudade.

A minha orientadora, M^a. Gleice Kelly Gonçalves da Costa pelo esforço, dedicação, competência e paciência demonstrado durante a elaboração deste trabalho, pois o auxílio nas orientações foram de suma importância para a concretização desta pesquisa.

Ao meu professor Me. Rogério de Sousa Marinho que muito contribuiu na lapidação inicial desta pesquisa, foi quem me ajudou a colocar no papel o primeiro esboço do pré-projeto e indicou as primeiras leituras, enfim tenho só que agradecer a ele pela contribuição e dedicação e também por ter indicado a minha professora orientadora Gleice que com tamanha responsabilidade aceitou e concluiu este trabalho.

Agradeço muito as orientações da professora M^a. Tabila Verena Leite que com toda dedicação, competência e companheirismo muito contribuiu com a execução dos mapas, meu muito obrigada.

Aos quilombolas do Jacarequara que não mediram esforços para contribuir nesta pesquisa, em especial a família quilombola do Senhor Miro e Dona Claudiana que foi quem me deu apoio na colaboração durante as pesquisas de campo e coletas de dados.

RESUMO

A presente pesquisa traz uma abordagem analítica preliminar acerca das práticas comerciais estabelecidas entre a empresa de cosméticos Natura e a comunidade quilombola denominada Jacarequara, localizada do município de Santa Luzia do Pará, Nordeste paraense. Apontando-se que a parceria comercial entre a empresa e a comunidade, desenvolve-se através da comercialização da amêndoa do murumuru (*Astrocaryum murumuru Mart*), a amêndoa coletada da floresta pelos quilombolas, vendida à empresa para a produção de cosméticos como sabonetes, hidratantes, óleo corporal, entre outros. Este debate tem como objetivo verificar se ocorreram implicações socioespaciais ocasionadas pela parceria comercial com a empresa na organização do território da comunidade. Busca-se compreender a parceria comercial a partir da análise de Georges Benko (2002), que discute as ações das empresas no regime de acumulação flexível no século XXI e em seu comportamento geográfico e David Harvey (2005) cuja análise está debruçada na transformação política e econômica do capitalismo no final do século XX, ambos contribuem para compreendermos a parceria comercial e suas implicações no território da comunidade. Metodologicamente foi desenvolvida uma revisão bibliográfica que respondesse a problemática da pesquisa, estudos de campo, questionários semiestruturados e produção textual sob a orientação. Observa-se que práticas comerciais contemporâneas tendem a influenciar o modo de vida das sociedades tradicionais.

Palavras chaves: Práticas comerciais, comunidade tradicional, globalização, produção do espaço geográfico.

ABSTRACT

This present study performs a preliminary analytical approach on the business practices between the cosmetics company Natura and the quilombola community named Jacarequara, located in the municipality of Santa Luzia do Pará, Northeast of Pará State. It is highlighted that the trade partnership between the company and the community is established through the sale of murumuru almond (*Astrocaryum murumuru Mart*). The almond is collected in the forest by the quilombolas (the people who belong to a quilombola community), it is sold to the company for cosmetics production, for instance, soap, hydrating body oil, among others. This discussion has the aim to verify if sociospatial implications occurred in consequence of the trade partnership in the community territorial organization. It is sought to comprehend the trade partnership in the light of Georges Benko (2002) who discusses the companies' actions in the flexible accumulation regime in the 21st century, and on the geographical behavior David Harvey (2005) whose analysis is devoted to the political and economic transformation of capitalism in the end of the 20th century, both of them contribute for the comprehension of this trade and its implications in the community territory. It is sought to comprehend the trade partnership in the light of Georges Benko (2002) who discusses the companies' actions in the flexible accumulation regimen in the 21st century, and on the geographical behavior David Harvey (2005) whose analysis is devoted to the political and economic transformation of capitalism in the end of the 20th century, both of them contribute for the comprehension of this trade and its implications in the community territory. Methodologically it was developed a bibliographic review, which could answer to the problem of this research. It were also applied field studies, semi-structured questionnaires, and text production under supervision. It is observed that commercial practices tend to influence the way of living of a traditional society.

Keywords: Business practices, traditional community, globalization, geographic space production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 01: Sítio da dona Francisca e seu Manoel.....	36
FOTO 02: Senhor Miro construindo uma tarrafa.....	45
FOTO 03: Pescaria na garrafa.....	46
FOTO 04: Pescaria de anzol.....	47
FOTO 05: Casa de farinha.....	48
FOTO 06: Fruto do murumuru.....	54
FOTO 07: Palmeira do murumuru.....	55
FOTO 08: Casa estufa.....	56
FOTO 09: Quebra do caroço de murumuru.....	57

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01: As principais redes de circulação dendríticas no Estado do Pará no século XIX.....	23
--	----

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: Mapa de localização da comunidade quilombola do Jacarequara.....	18
MAPA 02: Cartografia social da comunidade quilombola Jacarequara.....	34

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: Estatística dos quilombolas da comunidade Jacarequara.....	33
TABELA 02: Calendário agrícola e das festividades na comunidade quilombola Jacarequara.....	39
TABELA 03: Fontes de renda das famílias na comunidade Jacarequara.....	42
TABELA 04: O avanço na comercialização de kg de murumuru para empresa de cosmético Natura.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Formas de organização social na comunidade quilombola Jacarequara.....	31
GRÁFICO 02: Troca de produtos agrícolas com os vizinhos e familiares.....	32

LISTA DE SIGLAS

ABEVD: Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas.....	25
AVPS: Associação dos Remanescente de Quilombola Vida para Sempre.....	30
COOMAR: Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caeté e Gurupi.....	02
DIT: Divisão Internacional do Trabalho.....	24
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e estatísticas.....	17
PFNMs: Produtos Florestais Não Maderiros.....	02

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I: A influência das novas estratégias do capital nas comunidades tradicionais.....	05
1.1. Espaço, sociedade e territorialidade em comunidades tradicionais.....	05
1.2. Globalização, meio ambiente e novas estratégias do capital.....	11
CAPITULO II: Formação Socioterritorial da Comunidade Quilombola Jacarequara e as Novas Estratégias do Capital.....	17
2.1. A comunidade tradicional Jacarequara.....	17
2.2. Novas estratégias do Capital: Parceria comercial entre a Empresa de Cosméticos Natura e a comunidade Jacarequara.....	24
CAPITULO III: As relações socioespaciais na comunidade Jacarequara e a parceria comercial com a Empresa de cosmético Natura.....	30
3.1. As relações socioespaciais na comunidade Jacarequara.....	30
3.2. A inserção da lógica comercial da empresa Natura na comunidade Jacarequara.....	49
3.3. Análise dos impactos socioespaciais na comunidade Jacarequara a partir da relação comercial com a empresa de Cosmético Natura.....	58
Considerações Finais	64
Referências	66
Apêndices	69

INTRODUÇÃO

A comercialização de produtos florestais não madeireiros tem sido uma proposta frequente entre empresas de cosméticos e comunidades tradicionais na Amazônia. Essa parceria vislumbra promover a conservação ambiental e melhorar o padrão de vida de comunidades tradicionais (MORSELLO, 2004). Baseando-se nesse argumento, a empresa de cosmético Natura se instalou na mesorregião do Nordeste Paraense com o objetivo de explorar os produtos florestais através de “parcerias” entre comunidades tradicionais e empresa. Esse crescimento se deu devido à demanda crescente por produtos “sustentáveis” e socialmente responsáveis.

Neste cenário, a Amazônia representa a principal plataforma para acordos comerciais de cunho sustentável. Várias iniciativas baseadas em abordagens ligadas ao comércio “verde” ou “solidário” estão em andamento na região, abrangendo diversos setores e produtos, como óleos essenciais e plantas medicinais (MORSELLO, 2004). Nesse sentido, é pertinente investigar quais os impactos nas relações socioespaciais e na organização das comunidades tradicionais envolvidas na parceria? Esta questão tornou-se oportuna para compreendermos o atual papel da Amazônia e das sociedades tradicionais no cenário global de produção capitalista.

As parcerias comerciais entre empresas de cosméticos e comunidades tradicionais na Amazônia vem sendo apresentadas para a sociedade como uma iniciativa capaz de promover o “desenvolvimento sustentável”, pelo modelo de como as atividades extrativistas conciliam com uma exploração produtiva da floresta, visando a preservação ambiental e incentivando a valorização das populações tradicionais. Porém, pouco se sabe sobre as potencialidades, limitações e os reais efeitos que as parcerias comerciais causam nas relações socioespaciais das comunidades tradicionais envolvidas na parceria comercial.

Sobre as populações tradicionais, Diegues (2001) nos diz que são aquelas que se organizam em agrupamentos específicos onde a natureza exerce papel relevante na definição e desenvolvimento do modo de vida. Por isso o modo de vida é associado às leis do respectivo espaço geográfico, ao ponto de essas populações desenvolverem conhecimentos profundos dos ciclos biológicos e leis naturais que regem seu espaço. Assim, cada comunidade acaba construindo uma cultura própria ao desenvolver técnicas adaptadas às suas necessidades de reprodução do modo de vida.

Neste trabalho considera-se que os territórios das comunidades tradicionais são fruto das relações socioespaciais de seus antepassados e reproduzidos ao longo do tempo por seus

remanescentes que se reproduzem de acordo com os princípios identitários de seus ancestrais, sendo assim, não podem ser compreendidas a partir de generalizações importadas de outras áreas.

A análise deste trabalho está voltada para compreender as implicações nas relações socioespaciais na comunidade quilombola Jacarequara ocasionadas da parceria com a empresa de Cosméticos Natura através da comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros (PFNMs) idealizada e viabilizada por membros da Cooperativa Mista dos Agricultores entre os Rios Caeté e Gurupi (COOMAR) baseado na coleta e comercialização da amêndoa do murumuru.

Dessa forma, o objetivo da pesquisa é propor análise direcionada ao espaço geográfico da comunidade quilombola Jacarequara, enfatizando as relações socioespaciais na comunidade e a prática da parceria comercial com a empresa de cosméticos Natura. Identificar as transformações socioespaciais na comunidade resultante da parceria comercial com a empresa Natura e relacionar os principais pontos das transformações na comunidade quilombola Jacarequara à parceria comercial.

Defende-se a hipótese de que o envolvimento de comunidades tradicionais nessas parcerias comerciais pode, na verdade, desestruturar as bases tradicionais de organização das comunidades, capturando-as e tornando-as reféns de decisões externas à sua realidade cotidiana. Essa hipótese é levantada a partir do grau significativo das mudanças nas relações socioespaciais entre os quilombolas e na organização do novo modo de produção na coleta do murumuru observado na comunidade em estudo.

A inserção de uma nova produção que é gerida pela lógica de mercado global e que facilita cada vez mais a circulação monetária pode introduzir novos bens de consumo e novos valores nas relações sociais estabelecidas na comunidade. Assim, as comunidades tradicionais podem desenvolver um processo de mercantilização das relações produtivas, em detrimento das bases solidárias de organização comunitária; uma estratégia de sobrevivência historicamente consolidada nas populações tradicionais quilombolas.

É de suma importância analisarmos o potencial do desenvolvimento “sustentável” fruto de parcerias comerciais entre empresa e comunidades tradicionais, já que vem sendo empregada em espaços diferenciados e cada vez mais valorizados no território amazônico. Diante disso, este estudo busca contribuir para o enriquecimento de uma análise bibliográfica amazônica mais acessível aos diversos segmentos envolvidos na região. Dentro dos limites desta pesquisa de monografia pretende-se também contribuir para a reflexão analítica que auxilie em uma compreensão mais integral dos fenômenos e não apenas nas suas partes sobre esta forma peculiar de organização que compreende as populações tradicionais da Amazônia brasileira atual.

Para compreender a atual organização do território amazônico brasileiro é necessário levar em consideração sua posição diante deste sistema mundo capitalista. Durante muito tempo a região amazônica esteve marginalizada do desenvolvimento técnico, científico e informacional do Brasil e do mundo. Porém, no período atual existem interesses diversos e conflitantes que passaram a compor este espaço, tornando-o cada vez mais influenciado por vetores da globalização do capitalismo. Neste sentido, Benko (2002) fala da flexibilização do modo de produção capitalista contemporâneo referindo-se ao avanço das indústrias nos mais variados espaços culturais.

A partir da análise sistematizada dos dados coletados em campo com as referências bibliográficas estruturadas, pretende-se dar subsídios para o entendimento das relações socioespaciais após o acordo comercial em específico, avaliando os impactos desta parceria sobre a organização social e espacial da comunidade Jacarequara. Sendo pertinente analisar se a parceria comercial traz uma aproximação do que seria o tão desejável “desenvolvimento sustentável” para as comunidades tradicionais da Amazônia.

Para analisar o processo de inserção da parceria comercial da empresa de cosméticos Natura na comunidade Jacarequara do município de Santa Luzia do Pará (PA), foram realizados:

1) Revisão bibliográfica da temática, com leituras teóricas mais gerais sobre a relação entre expansão capitalista e apropriação dos recursos naturais, bem como seus desdobramentos em termos de pensar um novo paradigma de desenvolvimento (sustentável) e, também, conhecer a formação do espaço geográfico das comunidades tradicionais amazônicas, pois alguns autores analisados apresentam a produção do espaço geográfico como fruto da relação intrínseca da sociedade com o meio em que estão inseridas produzindo territorialidades frutos de relações socioespaciais tradicionais.

2) Pesquisas de campo, em que foram produzidas informações primárias, através da aplicação de questionário semi-estruturado com a secretaria da COOMAR, que explicou sobre a iniciativa, os benefícios de trabalhar com extrativismo do murumuru. Além disso, foram realizados trabalho de campo na comunidade que tinham como estratégia vivenciar com os quilombolas o dia a dia das famílias entrevistadas, no sentido de verificar *in lócu* o cotidiano no processo da coleta e na quebra da amêndoa do murumuru até o momento da comercialização. Até mesmo participação em reuniões comunitárias e religiosas na comunidade e a aplicação de um questionário semiestruturado para as famílias quilombolas da comunidade Jacarequara

Este trabalho ficou estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo, de natureza mais teórica, mostra a opção teórico-metodológica que ajuda na análise da influência que as novas estratégias do capital exercem nas comunidades tradicionais, bem como a escolha de

uma abordagem geográfica que trata a problemática das relações socioespaciais identificadas em comunidades tradicionais. Neste sentido, analisamos os debates a cerca do conceito de comunidades tradicionais e o uso comum do território, tendo o espaço geográfico definido a partir da interpretação de Lefebvre (1976), como sendo um a categoria primordial para compreendermos as relações socioespaciais das comunidades tradicionais e Haesbaert (2002), que compreende o território como multidimensional.

Para compreendermos os avanços de uma produção hegemônica frente aos modos de vida tradicional trazemos para o debate a análise dos avanços das indústrias nos mais variados espaços geográficos apontados por Benko (2002) e Harvey (2005), autores que nos dão suporte para compreendermos a produção flexível do capital em todas as partes do globo terrestre com as mais variadas culturas.

Além disso, o capítulo problematiza a questão da globalização, do meio ambiente e das novas estratégias do capital a partir de autores como Benko (2002); Harvey (2005); Porto-Gonçalves (2006) e Santos (2010), todos problematizam os avanços do capital flexível e Porto-Gonçalves (2004) problematiza a globalização dos recursos naturais e das sociedades neste novo cenário.

No segundo capítulo, de natureza histórica, discute-se a formação socioterritorial da comunidade quilombola Jacarequara e sua localização no nordeste paraense e as novas estratégias do capital através da parceria comercial entre a empresa de Cosméticos Natura e a comunidade.

No terceiro e último capítulo discute-se os resultados empíricos da pesquisa, momento em que se analisa a parceria comercial da comunidade quilombola Jacarequara com a empresa de Cosméticos Natura. Procura-se analisar as implicações dessa parceria na comunidade, além disso, destaca-se a necessidade de compreendermos as estratégias do desenvolvimento sustentável fruto dos discursos da parceria para as sociedades tradicionais e para a floresta. Por fim, são apontados alguns impactos para a comunidade, em termos da melhoria das suas condições de reprodução socioterritorial dos remanescentes de quilombo.

CAPITULO I: A influência das novas estratégias do capital nas comunidades tradicionais

1.1- Espaço, sociedade e territorialidade em comunidades tradicionais.

Neste capítulo têm-se como objetivo principal mostrar a opção teórico-metodológica adotada nesta pesquisa, bem como a escolha de uma abordagem geográfica que trata a problemática das relações sociais identificadas em comunidades tradicionais. Neste sentido, antes de analisarmos os debates acerca do conceito de comunidades tradicionais e o uso comum do território, devemos ir além de sua dimensão, ou seja, devemos considerar que as relações sociais são as responsáveis por darem vida às formas geográficas, o “espaço”. Portanto, entender o território como conceito central em nossa análise é refletir sobre esse conceito geográfico através de elementos que o definam e expressem-no ao longo deste trabalho.

Para analisar a problemática das relações sociais produtoras de espaços em comunidades tradicionais trazemos para debate a compreensão da categoria geográfica “espaço”, segundo Lefebvre (1976) que destacou a necessidade de refletir sobre o “espaço” fruto da organização e produção das relações sociais interagindo com o espaço absoluto, produzindo um espaço funcional com objetivos de garantir a reprodução das relações sociais.

Do espaço não se pode dizer que seja um produto como qualquer outro, um objeto ou uma soma de objetos, uma coisa ou uma coleção de coisas, uma mercadoria, ou um conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que seja simplesmente um instrumento, o mais importante de todos os instrumentos, o pressuposto de toda produção e de todo o intercâmbio. Estaria essencialmente vinculado com a reprodução das relações (sociais) de produção (LEFEBVRE, 1976, p. 34).

A contribuição de Lefebvre (1975) a respeito da natureza do espaço influenciou a proposição de Milton Santos que define o espaço como produto da sociedade que nele habita. Segundo Santos (1977), a sociedade só se torna concreta através de seu espaço, e não se deve fazer uma análise do espaço separado da sociedade.

Diante dessas prévias análises entendemos que o espaço não pode ser compreendido como vazio. Lefebvre (1975) define o espaço como produto, condição e meio das relações sociais, ou seja, ele é produzido e é também produto, logo se compreende o espaço como meio para realização das relações sociais, sejam elas econômicas, políticas ou culturais. Essa amplitude da categoria espaço discutida por Lefebvre (2002) também compreende que o espaço condiciona as relações sociais e os modos de produção específicos.

Assim, em face dessa proposta de análise compreendemos as diversidades epistemológicas a respeito das comunidades tradicionais que concretizam suas espacialidades através da reprodução de modos de vida tradicionais por meio do uso comum do território, da apropriação não mercantilista da terra, e também pelos laços familiares e de vizinhanças em modos de cooperação na comunidade.

No debate sobre as relações sociais e territoriais em comunidades tradicionais é importante recuperar a interpretação das definições de comunidades tradicionais começando com a contribuição de Arruda (1999):

Apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivado de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável... Em geral ocupam a região há muito tempo e não tem registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999, p.79-80).

Observa-se que o conceito de Arruda (1999) é bastante amplo, mas teve uma enorme contribuição na análise que representa as diversas formas de existência das comunidades tradicionais da Amazônia, no qual o autor não se restringiu apenas em comunidades indígenas e quilombolas, mas aos ribeirinhos, aos extrativistas e aos camponeses com modos de vida tradicionais.

Nesse sentido, compreendemos que o espaço geográfico é formado por todos os tipos de relações sociais, tanto entre as pessoas, como entre estas e a natureza, que transformam o espaço e modificam a paisagem, construindo territorialidades diversas proporcionando as mais variadas formas de apropriação presente no espaço amazônico e que desafiam os sujeitos sociais que nela vivem e também os que pretendem compreendê-la.

Para alcançar o objetivo deste trabalho, analisando as comunidades tradicionais e suas territorialidades na Amazônia, devemos compreender antes de tudo a concepção de espaço que, segundo Lefebvre (2002), o define como produto das relações sociais, e seu conceito não pode ser compreendido como isolado e estático, ele se dialética como produto-produtor, ou seja, como um suporte das relações econômicas, políticas e culturais permitindo compreender que a realidade social que se geografiza por meio do que Haesbaert (2004) chamou de multiterritorialidades identitárias de um determinado grupo social e que apresentam características espaciais de suas relações sociais.

Ainda abordando a temática da produção do espaço em suas múltiplas territorialidades na perspectiva de Haesbaert (2004), o território além de ser compreendido

como um espaço de ações políticas e econômicas também deve ser abordado como um território de hibridização cultural e simbólica, transformando o espaço em referência para a construção de identidades.

No caso das comunidades tradicionais quilombolas devemos atentar nossas análises em todos os sentidos, desde a arte da localização dos quilombos fruto dos processos sociais que produzem e organizam seus próprios espaços ao longo de tempo e que se articulam com vários tipos de sociedades, até as lutas sociais contemporâneas que reivindicam seus direitos pela permanência em seus territórios tradicionais e a reprodução de seus modos de vida respeitado pelas sociedades.

Retomando o conceito de comunidades tradicionais, Diegues (2004) apresenta as comunidades tradicionais não só os indígenas como povos tradicionais, mas também as populações tradicionais de pequenos produtores constituídas no Brasil no período colonial, momento em que imperava a monocultura nos ciclos econômicos que apresentaram um modo de vida de interação com os ciclos naturais, com um conhecimento profundo dos ciclos biológicos, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e linguagens específicas, embora em determinado momento de sua análise o autor considere que as populações e culturas tradicionais são populações que vivem em harmonia com a natureza, articulando o seu modo de vida com os recursos naturais, desenvolvendo uma cultura de vasto conhecimento dos mesmos.

Segundo Diegues (2000), comunidades tradicionais praticam um modo de vida cultural historicamente construído, caracterizado por um manejo dos recursos naturais de baixo impacto.

Comunidades tradicionais estão relacionadas com tipos de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma ideia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade (DIEGUES, 2000, p. 142).

Em outros estudos Diegues (2004) afirma que em geral essas populações tradicionais podem ser chamadas de camponeses, mas ressalta-se que quando ele faz essa relação entre populações tradicionais e camponeses, sempre coloca o termo camponês entre aspas, o que acaba dando margem à interpretação de que nem todos os camponeses fazem parte do grupo das populações tradicionais, ainda que existam alguns que possam se considerados como tais. Nessa perspectiva, as comunidades tradicionais “camponesas” são as que se desenvolvem dentro do modo de produção da pequena produção mercantil e com modos de produção tradicionais.

Ainda abordando as definições das relações sociais nas comunidades tradicionais, Diegues (2004) apresenta essas sociedades com um modo de vida com uma maneira particular de desenvolver formas de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente ao lucro e sim à reprodução social e cultural da comunidade. Por meio das representações em relação ao mundo natural marcadas pela ideia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos, levam em consideração a importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias não seja a mais desenvolvida e sim a cooperação social no agroextrativismo no uso comum do território e da produção.

Nesse debate, cabe relacionarmos os modos de vida desenvolvidos nas comunidades tradicionais com as análises da produção do espaço geográfico de acordo as análises de Lefebvre (2002), em que o espaço é fruto das relações sociais e é vivido, percebido e concebido pela sociedade que produz o espaço numa dimensão simbólica e cultural, representado por espaços ocupados por símbolos que representam a territorialidades de cada grupo social. Assim, o espaço geográfico nas comunidades tradicionais é concebido através da produção das relações, das organizações do trabalho produtivo, dos fluxos de matérias e de energia presentes na comunidade.

Mais uma vez é interessante recuperar as contribuições de Lefebvre (2002), na sua análise sob a concepção de espaço, pois o espaço vivido, o concebido e o percebido nas comunidades tradicionais são interpretados através dos modos de produção que são destinados em grande parte para o uso comum do grupo e que dá importância à unidade familiar, doméstica ou comunal e também às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais que não visam ao lucro para o mercado e sim à subsistência do grupo.

É interessante destacar a análise de Cândido (1975) que apresenta uma enorme contribuição a respeito das sociedades tradicionais quando o autor dá a devida importância para as simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e às atividades extrativistas em

que na maioria das vezes há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final. Um exemplo da reprodução deste modo de vida no que se refere às esferas simbólicas que envolvem o trabalho dessas sociedades tradicionais é manifestado nas relações de reciprocidade por meio do que eles chamam de mutirão.

O mutirão é um acontecimento que se materializa através da união de um grupo de camponeses na ajuda a um vizinho que se encontra impossibilitado de executar em tempo todas as atividades necessárias para a produção agrícola, que garantam uma boa colheita. Unem-se para ajudar com o trabalho um vizinho na derrubada da mata, na roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa (CÂNDIDO, 1975, p. 68).

Na concepção de Cândido (1975) esta prática fortalece vínculos sociais, e geralmente é finalizada com uma festa onde se comemora o dia de trabalho em conjunto, celebrado com ritos, músicas, danças e preces, comemorando a realização de uma tarefa oferecida espontaneamente. Este ato é entendido como solidário, o mutirão envolve práticas sociais de sociabilidades ao mesmo tempo ofertadas, ou seja, aquele que a recebeu se sente moralmente devedor de ser também solidário com o outro.

Inspiramo-nos em Haesbaert (2002) e definimos que as comunidades tradicionais produzem territorialidades, uma vez que o autor afirma que este é o conceito utilizado para melhor enfatizar as questões de ordem simbólica e cultural formados no território. “Ao falar se em territorialidades estar-se-ia dando ênfase ao caráter simbólico, ainda que ele não seja o elemento dominante e muito menos esgote os conceitos do território” (HAESBAERT, 2002, p. 74).

Para Acevedo e Castro (1998), as comunidades tradicionais por meio da auto identificação, ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras, um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é, sem dúvida, o reconhecer-se como pertencente àqueles grupos sociais particulares, impressas na paisagem por meio da territorialidade.

Nesse sentido, um dos aspectos mais importantes da territorialidade quilombolas se refere às formas de *uso comum* dos recursos naturais, que pressupõem cooperação simples no processo produtivo da vida cotidiana e íntimos vínculos de parentesco e aliança. Esse regime de uso comum tem sido fundamental na consolidação dos “territórios étnicos” quilombolas (MALCHER, 2009).

O ponto de partida para compreendermos a territorialidade das comunidades tradicionais é abordarmos as concepções de multiterritorialidade estabelecida por Haesbaert (2004) que compreende o território tanto numa concepção política e econômico quanto

simbólica e cultural. Assim, a dimensão territorial cultural prioriza a dimensão simbólica e é vista como produto da apropriação e valoriza o território simbólico de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Portanto, da forma como Haesbaert (2002) apresenta a categoria território de forma indissociável da dimensão cultural, política e econômica podemos dizer que, para compreendermos o espaço amazônico e das comunidades tradicionais é necessário que compreendamos o território em todas as suas dimensões. Nesse debate a leitura integradora do espaço social torna-se necessária para que também se tenha uma visão integradora de território e da territorialidade a partir da concepção de espaço como um híbrido de uma sociedade com a natureza, entre materialidade e idealidade, presentes na complexa relação entre espaço e tempo (HAESBAERT, 2002).

Essa discussão é de fundamental importância para apresentar as relações sociais produtoras de territorialidades em comunidades tradicionais, representadas pela terra que se constitui manifestação material da ocupação histórica e centenária de um território comum, relacionada ao seu caráter étnico, por vezes excludente e desigual. É também a lembrança de uma vida de uma memória coletiva e individual, que por meio da oralidade e das práticas nela desenvolvidas insiste em sobreviver. O território é a identidade do grupo expressa através do sentimento de pertencimento a uma coletividade, que trabalha historicamente o seu território a partir da relação de trabalho com a terra, ainda pautada no saber tradicional e nas marcas positivas e negativas deixadas pelo “olhar” externo e interno da etnicidade.

O modo de vida dos quilombolas é considerado como o de uma comunidade tradicional camponesa que está calcado na formação do tripé terra-trabalho-família constituindo-se elemento indissolúvel para este grupo. Sendo necessário destacar que o território das comunidades tradicionais perpassa por características fundamentais a partir de uso comum do território através do cultivo da lavoura de produtos alimentícios e criação de animais de pequeno porte, das formas de venda ou troca do excedente dos seus produtos, da cultura e o saberes tradicionais legados por seus antepassados, das manifestações culturais e religiosas, das relações de reciprocidade empreendidas com outras comunidades, dentre outros elementos (DIEGUES, 2004).

Logo, o território analisado em todas as suas dimensões permite que o pesquisador compreenda como os espaços e as relações sociais tradicionais estão cada vez mais inseridas na dinâmica global do capital.

1.2 - Globalização, meio ambiente e novas estratégias do capital

A dinâmica sistemática para compreendermos a organização territorial da produção capitalista contemporânea no fenômeno da globalização se dá após a crise do regime de acumulação fordista na década de 60, em que uma das estratégias de saída do colapso foi inserir no modo de regulação do mercado global uma maior flexibilidade na circulação de serviços e produtos na economia mundial. Vários autores identificaram esta fase a de acumulação flexível. A partir de então, foram percebidas mudanças na estrutura de organização do sistema capitalista contemporâneo, e foram essas mudanças que Benko (2002) analisou a partir dos novos espaços econômicos.

De uma maneira bem explícita referente às novas estratégias do capital no novo cenário da globalização, Benko (2002) em sua obra *Economia espaço e globalização na aurora do século XXI* traz uma discussão referente às mutações econômicas e políticas recorrentes com mais velocidade no período da globalização, de forma que, o sistema capitalista aderiu em seu sistema de produção a uma alta carga de tecnologia, que por consequência, alterou a organização social e territorial do capitalismo contemporâneo no espaço geográfico como um todo.

A mudança do peso relativo das tecnologias fordistas no conjunto das práticas de controle, a ascensão do saber produtivo flexível e das formas organizacionais maleáveis e “consensuais”, o consumo de mercadoria propostas pela revolução eletrônica, todos esses fenômenos, que conotam uma complexa e contraditória refundação da regulação capitalista, confluem para nova configuração do capitalismo a que vamos chamar de momento de acumulação flexível (BENKO, 2002, p.23).

A partir das considerações expostas pelo autor, fica claro que as estratégias de reestruturação capitalista não podem ser consideradas adaptações relativamente superficiais, mas ao contrário, são modificações que afetam toda a lógica de estruturação das práticas capitalistas de produção, até mesmo nas práticas artesanais e tradicionais de organização social, tanto em escala local quanto global. Esse momento é compreendido pelo autor como o momento de fluidez associado à mobilidade dos processos capitalistas de produção, isso significa que os regimes de trabalho assalariados e também as forças de trabalho tradicionais se transformam em mão de obra barata.

Benko (2002) analisa o comportamento das indústrias em diversas regiões do mundo. Pois foi por meio das estratégias do uso da tecnologia que foi facilitada a criação de novos ramos de produção e de produtos, e também um maior controle sobre o território para exploração de recursos naturais, que culminou no aumento da exportação e circulação do capital com mais velocidade em todo o mercado internacional.

Nesta discussão da produção capitalista na acumulação flexível, Harvey (2005) mostra que a expansão geográfica das indústrias capitalistas possibilitou cada vez mais o acesso tanto às reservas da natureza como da mão de obra barata. A forma exata alcançada do processo laboral das relações sociais pode variar muito, de acordo com as condições iniciais e os tipos de classes sociais postos em movimento, identificada como acumulação flexível do capital.

De acordo com Harvey (2010), a acumulação de capital flexível, fenômeno que caracteriza o modo de produção capitalista contemporâneo, é interpretado como sendo um fenômeno da globalização que altera as relações sociais em vários territórios.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2005, p.140).

E ainda:

Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” no mundo capitalista- os horizontes da tomada de decisões privadas e públicas se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e as quedas dos custos de transportes possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado (HARVEY, 2005, p.140).

Harvey (2005) discute as condições atuais do crescimento capitalista caracterizando como período de acumulação flexível de uma maneira bem particular de organização do espaço a partir da análise do espaço geográfico no cenário da globalização sob a óptica de “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista, pois as técnicas de informação e transporte anulam a distância e a velocidade entre os espaços e os tempos.

Certamente, no mundo da globalização, o espaço geográfico ganhou novos contornos, novas características e novas definições. Santos (2010) admite que hoje vivemos num mundo da rapidez e da fluidez no espaço e também no tempo. “Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação” (SANTOS, 2010, p. 82). Pode-se dizer então que Santos (2010), Benko (2002) e Harvey (2005) discutem a dinâmica do espaço no cenário da globalização a partir da disseminação das técnicas no espaço que por consequência alteram as estruturas socioespaciais, territoriais, econômicas e políticas das sociedades.

Atrelada à discussão da acumulação flexível, Santos (2010) compreende que no mundo globalizado cada empresa hegemônica, com o objetivo de se manter como total deve realçar tais interesses individuais e sua ação agrava a desorganização, isto é, reduz a prática de exercitar o modo de vida tradicional de uma sociedade.

Cada empresa hegemônica age sobre a parcela do território. O território como um todo é objeto da ação de várias empresas, cada qual, conforme já vimos preocupadas com suas próprias metas e arrastando, a partir dessas metas, o comportamento do resto das empresas e instituições. Que resta da nação diante dessa nova realidade? Como a nação se exerce diante da verdadeira fragmentação do território, função das formas contemporâneas de ação das empresas hegemônicas (SANTOS, 2010, p. 86).

É nesse contexto que as ações das empresas hegemônicas no espaço alteram a organização estrutural do trabalho e das relações sociais. Pois quando uma grande empresa se instala no lugar traz consigo suas normas quase sempre todas extremamente rígidas, as técnicas impostas pelas empresas propõem uma maneira particular de um comportamento envolvendo suas próprias regulações, e, por conseguinte, promovem nos lugares novas práticas de relacionamento sociais com a natureza.

Para entender o papel e a importância da “natureza” no cenário da globalização, Porto-Gonçalves (2006) faz um resgate do debate acerca do controle territorial entendido “como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços materiais” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 287). Pois como afirma o autor, apesar dos avanços tecnológicos, os recursos naturais associados à exploração da mão de obra continuam sendo imprescindíveis para a acumulação do capital contemporâneo.

Porto-Gonçalves (2004) ressalta que numa sociedade capitalista a técnica comporta uma dupla dominação, a da natureza e a da sociedade. Para dominar a natureza como propõe os fundamentos da sociedade moderno-colonial, deve-se dominar a sociedade, condição sem a qual a natureza não pode ser dominada. Para submeter-se à natureza, nesta sociedade fundada na propriedade privada da natureza, é necessário mobilizar um arsenal técnico capaz de fazer com que as pessoas absorvam esta concepção de (propriedade privada) como natural.

A ciência e a técnica moderna, tal como concebidas pelo Ocidente europeu e como se expandiu pelo mundo, foram instituídas como critério de verdade, como se essa verdade tivesse uma bondade moral naturalmente nela inscrita. Com isso, a verdade científica deslocou outras formas de construção do conhecimento e se tornou uma verdade possuída por uma espécie de mais-valia simbólica: o que é científico é bom e, assim o Estado e os gestores passam a invocar a verdade científica como se fosse a verdade (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 42-43).

Entretanto, percebe-se que há a necessidade por parte do Estado incentivar políticas públicas de sustentabilidade que envolva nos projetos a inclusão dos conhecimentos

tradicionais por meio de avanços tecnológicos que valorizem sua cultura e seus modos de vida.

A Amazônia não é apenas rica em sua biodiversidade, mas também, nos conhecimentos tradicionais que muitas das vezes são apropriados pelo conhecimento científico e tecnológico do mercado capitalista global, porém, de forma exploratória. Essa é apenas uma avaliação de como as comunidades tradicionais perdem sem o incentivo à pesquisa e sem o apoio em projetos tecnológicos por parte do Estado. Pois é necessário unir os saberes, ou seja, o conhecimento científico com os saberes tradicionais para que assim, possa permitir uma maior autonomia para as comunidades desenvolverem alternativas que permitam a sustentabilidade do seu grupo.

Nesse contexto, a partir de 1972, em Estocolmo, começa a surgir uma discussão em que o homem passa a se preocupar com a exploração dos recursos naturais sem causar tantos impactos ao meio ambiente. Dentre tantas discussões surge a noção de desenvolvimento sustentável que apresenta o discurso de melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais e também preservar os recursos para as futuras gerações. Assim, o meio ambiente passou a ter destaque nas discussões políticas e econômicas em face aos novos arranjos espaciais e territoriais do local ao global.

Em relação à crise ambiental, Porto-Gonçalves (2004) mostra que é preciso fazer uma crítica severa a essa ideia, pois se trata de pensar essa questão dentro (e para além) do projeto civilizatório capitalista, pois embora se reconheça esta crise, nos últimos trinta anos é que se encontra a maior devastação do planeta. Desse modo, o entendimento dessa questão deve ser buscado na história contraditória desse projeto civilizatório moderno colonial, que colocou a “*dominação da natureza*” como condição para o desenvolvimento da sociedade. O problema central é de caráter ético, filosófico e político, e não técnico, como apregoa o discurso colonial hegemônico, portanto, resume-se a questão de que “*há limites para a dominação da natureza*”, em outras palavras, há limites à ideia de que é possível o desenvolvimento para todos, pelo menos nos moldes mercantis defendidos pelo capitalismo. Como vaticina:

Quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem cerca de 80% da matéria-prima e energia produzidas anualmente, vemo-nos diante de um modelo-limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da Terra o atual estilo de vida que, vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres, em boa parte é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida. Vemos, assim, que não é a população pobre que está colocando o planeta e a humanidade em risco, como insinua o discurso malthusiano (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 31).

Mais do que a crise ambiental, que envolve uma leitura da relação sociedade e natureza, o que está em jogo nesse debate é uma questão de natureza política, pois se trata de pensar os limites nas relações estabelecidas democraticamente entre os homens e as mulheres, mediados por um profícuo diálogo de saberes que envolva diversas formas de produção do conhecimento e, também, diferentes culturas.

Ainda tratando da crise ambiental ou crise do projeto civilizatório moderno-colonial pautado na dominação da natureza, Porto-Gonçalves (2004) procura aprofundar o debate mostrando essa retomada da relação entre meio ambiente e desenvolvimento. Neste sentido, começa mostrando, mais uma vez, que o projeto de dominação da natureza faz parte de um projeto moderno-colonial que impôs, tanto por meio do uso efetivo da força militar (exército), quanto por meio do jogo político (exercício do poder), essa concepção eurocêntrica de desenvolvimento, pautada na exploração das matérias primas agrícolas e minerais via exploração das melhores terras e das melhores ilhas de sintropia (área com alta concentração de matéria e energia aproveitáveis para o homem), com uso massivo de mão de obra negra e indígena, mesmo após a independência política formal. Assim, é que se pode dizer que a colonialidade sobreviveu ao colonialismo, pois a busca para se transformar em Primeiro Mundo ainda continua. Como aponta:

A ideia de *desenvolvimento* sintetiza melhor que qualquer outra o projeto civilizatório que, tanto pela via liberal e capitalista como pela via socialdemocrata e socialista, a Europa Ocidental acreditou poder universalizar-se. *Desenvolvimento* é o nome-síntese da ideia de *dominação da natureza*. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria. Assim, a crítica à ideia de desenvolvimento exigia que se imaginassem outras perspectivas que não as liberais ou socialistas ou, pelo menos, que essas se libertassem do desenvolvimentismo que as atravessa. Por fazerem a crítica a essa ideia-chave de desenvolvimento, os ambientalistas, com frequência, se vêem acusados de querer voltar ao passado, ao estado de natureza, enfim, de ser contra o progresso e o desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24).

A crítica, ou melhor, a ambiguidade em relação à ideia de desenvolvimento, segundo informa Porto-Gonçalves (2004), começa a se destacar entre os anos de 1950-60, mas seus efeitos somente serão sentidos nesse novo período de globalização.

A captura do debate ambiental pelo sistema capitalista acabou por direcionar todo o sentimento de emancipação, decorrente das lutas pela descolonização, contra a miséria e injustiça, para uma visão conservadora (uma vez que não muda a lógica) de mais desenvolvimento. A globalização neoliberal continuou a propor como alternativa ao desafio ambiental a busca do desenvolvimento e não a busca de alternativas ao desenvolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2004). Como diz:

Até mesmo muitos ambientalistas abandonaram a contracultura, fonte de inspiração do seu movimento com duras críticas à própria ideia de desenvolvimento, e aceitaram dialogar com essa ideia, como as propostas de ecodesenvolvimento (M. Stromg e I. Sanchs) e, depois, com o desenvolvimento sustentável (G. Brundtland). O desenvolvimento bem vale uma missa! (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 27).

Neste caso, é necessário que se promova um desenvolvimento sustentável capaz de criar possibilidades para estabelecer um equilíbrio entre a questão ambiental juntamente com as relações sociais, culturais e políticas com a natureza e a sociedade.

Entretanto, percebe-se que a globalização das novas práticas capitalistas compreendidas pelos autores Santos (2010), Harvey (2005), Benko (2002) e Porto-Gonçalves (2006) altera a estrutura da organização social e territorial das relações econômicas e políticas na dinâmica das relações ambientais em toda a parte do globo terrestre. Sendo assim, podemos analisar no capítulo que se segue como as novas estratégias do capital se relacionam com os modos de vida tradicionais.

No próximo capítulo, será discutido o processo de formação socioterritorial da comunidade quilombola do Jacarequara fazendo uma análise das novas estratégias do capital presentes na comunidade.

CAPITULO II: Formação Socioespacial da Comunidade Quilombola do Jacarequara e as Novas Estratégias do Capital.

2.1. A comunidade tradicional Jacarequara

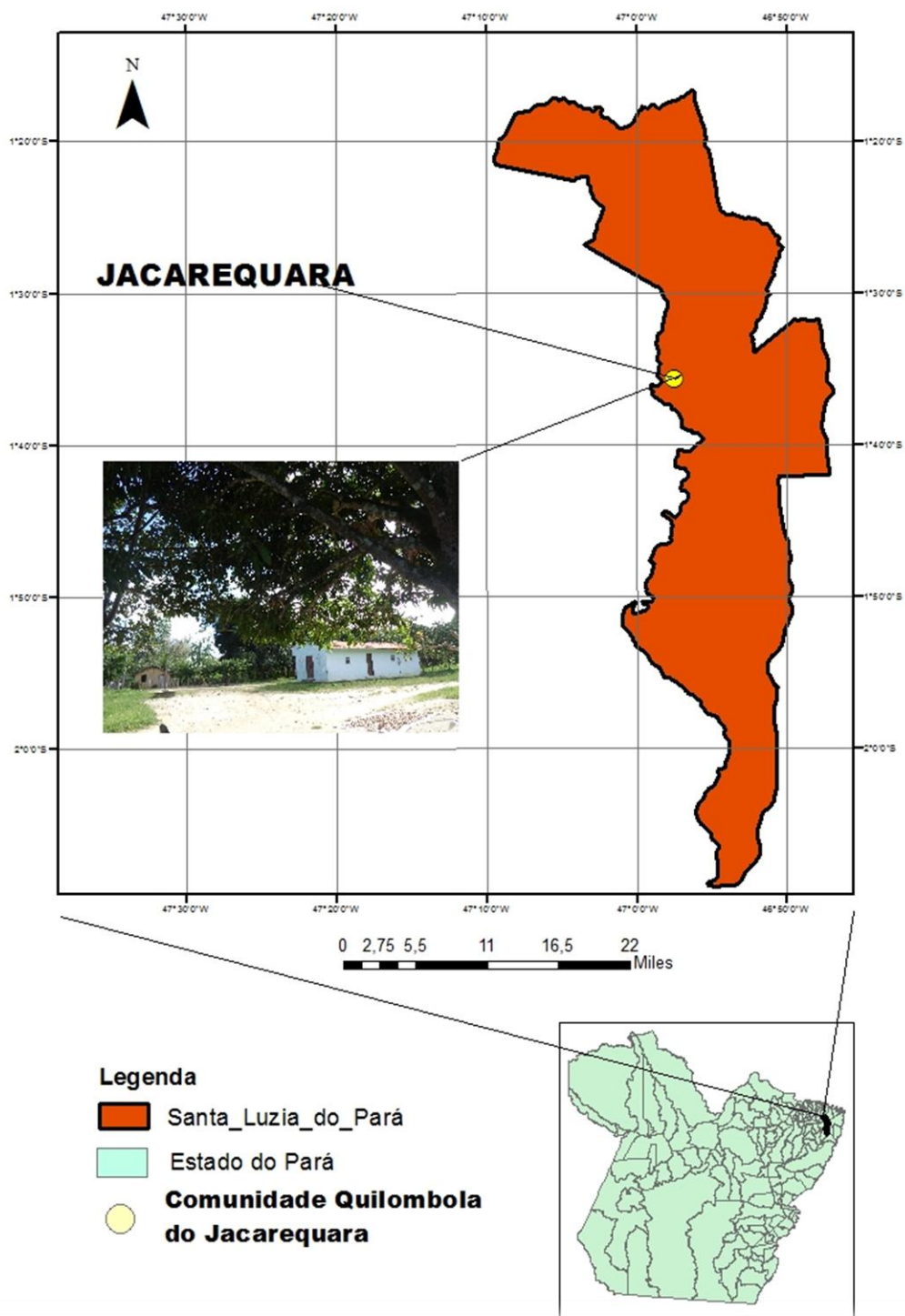
A história da formação da comunidade quilombola do Jacarequara está precisamente relacionada a um momento em que na Amazônia o processo de ocupação era marcado pela presença de povoados nas margens dos rios, como via privilegiada de acesso às terras e a todos os demais recursos que a região oferecia. Segundo Acevedo e Castro (1993), diversas comunidades quilombolas se constituíram às margens dos rios na Amazônia, no Rio Guamá e seus afluentes não foi diferente, dentre elas está a comunidade quilombola do Jacarequara, que desde sua origem encontra-se às margens do rio Guamá.

Em meados da década de 1990, o território da comunidade pertencia ao do município de Ourém e após a emancipação do município de Santa Luzia do Pará homologado pela Lei nº 5688 do dia 13 de dezembro de 1991, passou a pertencer a este município. Tal alteração ocorreu na gestão do prefeito de Ourém, Raul Mota Costa, sancionado pelo governo do Estado, Jader Barbalho, ambos desejosos de manter e ampliar os seus respectivos interesses materializados a partir do controle político do novo território. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população urbana de Santa Luzia do Pará é de 8.691, já na área rural do município o número de habitantes é de 10.731, com o total da população no censo de 2010 de 19.422 habitantes.

O território da comunidade do Jacarequara, após a emancipação do município de Santa Luzia do Pará, ficou dentro dos limites deste município sendo o Rio Guamá o principal marcador da divisão dos territórios entre os municípios de Ourém e Santa Luzia. A comunidade do Jacarequara fica localizada nos limites do município como mostra o mapa 01 da página seguinte:

MAPA 01: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO JACAREQUARA

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO JACAREQUARA



Sistemas de Coordenadas Geográficas- DATUM. SAD 1969
Fonte: IBGE, 2014
Pesquisa de campo, 2014
Organização e execução: ALMEIDA, A. D.

A comunidade quilombola Jacarequara foi escolhida para esta pesquisa por ser tradicional que dentre tantas outras na Amazônia carecem de estudos para proporcionar conhecimentos com o intuito de que futuras gerações compreendam as multiterritorialidades existentes na vasta região amazônica, enfatizando como o capitalismo se encontra presente nas mais variadas formas de sua acumulação nesses espaços de relações tradicionais.

Muitos estudos acadêmicos até a década de 1960 reconheciam a região amazônica como um território ocupado predominantemente por indígenas e com uma população reduzida e dispersa, não dando representatividade para a presença do negro na Amazônia. Este cenário ao qual a região amazônica era relacionada foi tema de vários questionamentos como nas obras “O negro no Pará sob regime de escravidão” de Rosa Acevedo Marin (1985), “Amazônia, tempo e gente” de Vissente Sales (1971,1988), “Negros do Trombetas: guardiões da mata e rios” de Rosa Acevedo e Edna Castro (1989,1993), todas relatam a importância da presença do negro na formação econômica, cultural e política em toda a região da Amazônia.

A partir da leitura das obras supracitadas percebemos que a historiografia apresenta as fugas dos negros desde o período da escravidão, que deram origem à construção de quilombos, considerados uma das maiores formas de resistência negra em todo o Brasil. Na Amazônia o processo de formação de quilombos não foi diferente das demais regiões, pois há registro da formação de quilombos há mais de três séculos na história do processo de formação socioterritorial das diversas regiões do país, inclusive no Estado do Pará.

O processo de formação dos quilombos além de ser fruto das fugas dos escravos, também se deu por meio da organização de escravos libertos, entre outras maneiras. Nesse processo de formação e controle de um território por um determinado grupo é que se formaram os denominados quilombos, analisados como territórios construídos para garantir a busca pela liberdade dos negros, mas também pode ser percebido como uma grande contradição dialética do próprio sistema escravista (ACEVEDO, 1989; CASTRO, 1993). Desse modo, o quilombo passa a ser um território de resistência dos negros numa perspectiva cultural e política desde o período colonial e que atravessou gerações representando ainda hoje o quilombo como um símbolo de resistência dos negros tanto numa dimensão política, como forma de reconhecimento da terra do território étnico e símbolo de resistência das lutas negras no Brasil.

Para Pinto (2004), a presença do negro na região se deu devido ao crescimento da lavoura e da exportação de açúcar, tabaco, cacau, arroz, algodão entre outros, que em meio a um cenário gigantesco da escravidão deixaram marcas no espaço e no tempo, através da

presença de comunidades remanescentes de quilombos que ainda resistem em meio a tantas diversidades culturais preservando a identidade de suas origens.

Mediante a origem da formação dos quilombos cabe observar que o termo quilombo na contemporaneidade diz respeito a um posicionamento político que dá visibilidade à luta dos atores sociais envolvidos no processo de estruturação das comunidades remanescentes de quilombolas, resultando na construção identitária própria dos quilombolas.

O processo de formação de quilombos apresenta na sua historiografia características de fuga, resistência e liberdade de um ou mais grupos de negros. Então, segundo Almeida (2009) os relatos dos quilombolas mais antigos da comunidade do Jacarequara, na região às margens do rio Guamá, onde está situada a vila de Jacarequara (ex-vila do município de Ourém) existiam várias fazendas nas quais era comum a existência do trabalho escravo. Além disso, essa região fica muito próxima à zona bragantina e à fronteira com o Maranhão onde também existiam uma intensa presença de escravos.

A formação do quilombo do Jacarequara segundo Almeida (2009) teve início nas primeiras décadas do século XIX, pois é comum na fala dos moradores mais antigos da comunidade ao serem indagados sobre a origem do quilombo, suas respostas se relacionarem a partir da década de trinta do século XIX. Isso é perceptível quando relatam sobre o movimento da Cabanagem para eles chamado de “pega-pega”, que teria sido o principal motivador da formação do quilombo do Jacarequara. Segundo os moradores mais antigos, os cabanos subiam o rio, invadiam fazendas, se apossavam dos animais e levavam os “pretos” para “guerra”. Então, com medo dos cabanos e oprimidos pelos seus senhores, muitos escravos fugiam para o meio da mata e se organizavam em comunidades independentes, uma delas viria a ser o Jacarequara.

Pelos relatos de Castro (2006), desde o início da década de vinte do século XIX percebe-se uma intensificação dos conflitos, o aumento do número de fugas e de povoações negras nas regiões de Turiaçu, Gurupi, Bragança e Ourém. São vários os documentos do final da década de vinte do século XIX que relatam a existência de quilombos e fugas de escravos na região de Ourém (APEP, código 849 e 871 *apud* CASTRO, 2006). Percebe-se então através desses registros que a comunidade do Jacarequara pode ter sido formada por escravos que fugiam das fazendas e também se juntavam com outros negros que já se encontravam livres (pela fuga). A partir dessas análises podem-se levantar hipóteses de que os primeiros moradores teriam vindo de vários lugares às margens do rio Guamá como Ourém, cidade mais próxima e até mesmo da região bragantina e do próprio Maranhão.

Os primeiros moradores daqui era nego do tempo da escravidão, eles vieram fugindo de muitos lugar aí desta beira de rio, tinha nego fugido até dos senhor de Ourém, sem contar os que viam do Maranhão, outros pretos viam da banda de Bragança pra cá, fugindo pra não serem mais escravos, aí foram chegando por aqui e foram ficando, depois se misturaram com alguns índios e por aí foi indo (Raimundo Nogueira dos Santos, 68 anos, entrevistado do Jacarequara, 2008 *apud* ALMEIDA, 2009, p.20).

Segundo Almeida (2009) não foi encontrado nenhum documento escrito que comprove o nome dos fundadores do quilombo do Jacarequara, apenas sabe-se que eram escravos fugidos. Até mesmo segundo os estudos “o quilombo foi formado assim, tem coisa que ficou no espaço, a vovó morreu aqui, e a gente se basea por ela, porque quando ela morreu, ela já tinha 114 anos, agora eu não sei dizer se foi ela ou se foi os pais dela” (Raimundo Nogueira dos Santos, 68 anos, entrevistado do Jacarequara, 2008 *apud* ALMEIDA, 2009, p. 20).

Em relação ao nome do antigo quilombo, este está associado à vivência do dia a dia dos quilombolas, assim, os mínimos detalhes da natureza e os fatos rotineiros são transformados em nomes que denominam o lugarejo como se pode observar na fala abaixo:

Se eles dessem topada numa raiz chamavam Bate-pé como pra cá tinha esse tal de Bate-pé. Esse raizama aí era porque o caminho lá pro onde iam tinha muita raiz, apelidaram de Raizama, era logo ali onde é o açogue do Cabral, tinha esse Bate-pé, tem esse Imputeua, agora esse eu não sei por causa do que é assim, tinha também o Sampaio, o Sampaio era porque era a moradia que apelidaram do pai do Jacinto Brás e Jacarequara tinham muito jacaré e pedra no rio aí quando a água tava baixa eles ficava se enxugando no sol, quarando né, mas esse nome já veio dos índios, foram os índios que colocaram (Antonia Alexandrina dos Reis, entrevistada do Jacarequara, 2008 *apud* ALMEIDA, 2009, p.23).

A maioria dos moradores do Jacarequara afirmam que o nome da comunidade remanescente de quilombo é herança dos índios, teriam sido eles que denominaram a antiga comunidade quilombola de Jacarequara que seria uma junção das palavras jacaré mais quara¹ (segundo a oralidade local na língua dos índios da região - Tembés - significa enxugar), teriam então escolhido esse nome devido à abundância de jacarés na região, pois quando a água do rio fica em um nível mais baixo é comum a exposição de muitas rochas, local propício para os jacarés de peito para cima se enxugarem, ou seja, quarando, daí a nomenclatura Jacarequara que seria mais ou menos jacaré se enxugando, isso pode ser notado nas falas abaixo:

¹ O verbo “quarar”, em algumas regiões do Brasil significa o mesmo que “corar”, ou seja, expor ao sol para “clarear”.

Quem botou o nome de Jacarequara foram os índios, porque de primeira tinha muita jacaré aqui né, aí eles gostavam de se enxugar no sol, eles ficava em cima das pedra com o peito pra cima quarando aí eu acho que foi por isso que botaram o nome de Jacarequara (Raimundo Pereira Barros, 75 anos, entrevistado do Jacarequara, 2008 *apud* ALMEIDA, 2009, p.25)

O nome daqui o pessoal falava que era porque tinha muito jacaré na época, eu mesmo cheguei a matar jacaré de mais de setenta quilo, aí eles saia pra se esquentar em cima das pedras, e ficavam quarando no sol, e é por isso que o nome é Jacarequara, é jacaré mais quara aí dar Jacarequara né (Raimundo Nogueira dos Santos, 68 anos, entrevistado do Jacarequara, 2008 *apud* ALMEIDA, 2009, p.25).

De acordo com Gomes (1996) a localização geográfica dos quilombos estava diretamente relacionada com as atividades econômicas desempenhadas por eles. Nesse contexto os grandes cursos dendríticos da região amazônica foram de fundamental importância para a territorialização dos quilombos, assim, o rio Guamá ganha importância para o quilombo do Jacarequara uma vez que segundo a oralidade, o local facilitava a sobrevivência dos quilombolas, pois além de fornecer o pescado, o rio também servia de meio para transações comerciais com os regatões e comunidades vizinhas, com os quais os habitantes do quilombo trocavam ou vendiam os seus excedentes de produção. Ainda segundo a oralidade local o rio Guamá era uma importante via de fugas para os habitantes do Jacarequara.

Também se pode observar essa importância através das palavras dos moradores da comunidade do Jacarequara como dona Antonia Paulina da Conceição que reforça a questão do fator econômico, que está associado à própria sobrevivência, uma vez que a região era rica em caças e pescas. Segundo ela, “Isso daí eu acho que era por causa da caça e do pescado que tinha muito, e era mais fácil pra sair daqui né, que ainda não tinha ramal, aí o povo podia ir de canoa pra outros cantos, até mesmo pra vender alguma coisinha que plantava” (Antonia Paulina da conceição, entrevistada do Jacarequara, 2008 *apud* ALMEIDA, 2009, p.30).

Além disso, os rios Guamá, Capim, Acará, Moju e Igarape-Miri, conforme se observa no mapa da página seguinte, ficam muito próximos uns dos outros, dando grande contribuição no deslocamento dos produtos favorecendo a economia da cana de açúcar no Pará (SALLES, 2004). Ainda de acordo com Salles (2004) foi dessa forma que ocorreu uma grande concentração de engenhos na região e conseqüentemente de escravos culminando na formação de várias comunidades quilombolas.

IMAGEM 01. AS PRINCIPAIS REDES DE CIRCULAÇÃO DENDRÍTICAS NO ESTADO DO PARÁ NO SECULO XIX.



Fonte: Google Imagens, 2012.

Podemos perceber que os principais motivos que levaram os fundadores do Jacarequara a escolher o local onde se encontram ainda hoje, teria sido a abundância em recursos naturais, como caças, peixes e frutos e o próprio posicionamento geográfico às margens do rio Guamá que facilitava escoar o excedente de produção e até mesmo fugir das missões de resgate dos escravos. “Eu já ouvi falar, que era porque era mais fácil pra sair daqui né, porque tinha as canoas e naquele tempo ainda não tinha estrada boa, e ainda tinha a coisa do peixe que servia de comida pra povo” (Bonifácia Nonato Ribeiro, 77 anos, entrevistada do Jacarequara, 2008 *apud* ALMEIDA, 2009). A partir das análises de Salles (2004) e das falas dos moradores do Jacarequara é que podemos perceber como a meso-região nordeste do estado do Pará foi palco da territorialização de muitos quilombos.

A comunidade quilombola do Jacarequara foi identificada como quilombola pelo governo do Estado do Pará no ano de 2008, através do reconhecimento que a comunidade quilombola adotou para a legitimação através da auto identificação, que é segundo critérios de trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão historicamente sofrida.

2.2. Novas Estratégias do Capital: Parceria comercial entre a Empresa de Cosmético Natura e a comunidade Jacarequara

Uma maneira das novas estratégias do capital se desenvolver na Amazônia é através de parcerias comerciais. Este arranjo particular entre empresas e comunidades tradicionais surgiu recentemente. Estabelecidas a partir do final da década de oitenta, tais parcerias se baseiam no apelo exercido por produtos que supostamente são produzidos e comercializados de maneira social e ambientalmente sustentável.

Na Amazônia, está presente desde a década de 1990 o discurso de ser uma área a ser explorada de forma sustentável. Essa onda de desenvolvimento sustentável vem crescendo cada vez mais nos discursos acadêmicos, políticos, econômicos e culturais, além de estar submetida às tendências mundiais. Nesse sentido, as estratégias do capital contemporâneo vêm apresentando algumas características específicas que têm estimulado o estabelecimento de parcerias entre empresas e comunidades tradicionais visando, assim, o desenvolvimento sustentável da floresta das comunidades envolvidas na parceria.

Tal estratégia de parceria entre empresa e comunidade ocorre na Amazônia devido à floresta amazônica ser controlada em grande parte por comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas (MORSELLO, 2004). Além disso, a região está passando por um processo de reivindicação social e de identidade que está na base de um movimento social amplo e diversificado. A multiplicação de projetos de pequena escala de comercialização na Amazônia é também resultado deste novo modelo de desenvolvimento socioambiental, que privilegia as comunidades locais e a utilização dos recursos e conhecimentos desenvolvidos por elas.

Para compreendermos o papel da Amazônia dentro da dinâmica de acumulação do capital flexível, o autor Benko (2002) traz suas contribuições sobre acumulação do capital flexível para que compreendamos como as parcerias comerciais se relacionam com as técnicas de produção flexíveis no modo de produção capitalista. O autor argumenta que uma variedade de novos produtos abriu perspectivas na reorganização do processo de produção global. E pela primeira vez na história do capitalismo tornou-se possível combinar trabalho de alto nível tecnológico e diversificação dos produtos e processos. Ao mesmo tempo se tem na inserção da produção flexível uma nova exigência na reorganização das funções e dos produtos na circulação da economia, e conseqüentemente altera-se e aprofunda-se as funções de cada espaço geográfico dentro da divisão internacional do trabalho (DIT).

Para Harvey (2005), no que tange à acumulação flexível da produção temos que nos referir às constantes mudanças do espaço global, onde as dinâmicas estruturais do modo de produção capitalista vivem em mutação, tanto no espaço como no tempo, por meio do que autor chamou de “compressão espaço tempo”, fator esse que proporcionou o aceleração da exploração dos recursos e da mão de obra pelo capitalismo.

Ainda referente às mudanças das dinâmicas estruturais do modo de produção capitalista, Morsello (2004) traz para discussão o termo parceria empregado de forma bem ampla, onde o intuito é descrever a variedade de acordos, contratos e arranjos formais e informais entre empresas e comunidades. Onde parcerias nada mais são do que:

Alianças comunidade-empresa para o desenvolvimento sustentável, um fenômeno novo. Nasceram da observação de que setores individuais são incapazes de resolver as complexidades do desenvolvimento sustentável e baseiam-se na possibilidade de repartir riscos, além de agregar recursos e habilidades para o benefício mútuo e da sociedade como um todo. Diferem, portanto, de outras formas de parcerias como as público-privadas, as quais geralmente se baseiam na transferência de responsabilidades e riscos de um setor a outro (MORSELLO, 2004, p. 03).

Segundo Morsello (2004) é cada vez mais crescente o número de parcerias nos acordos comerciais entre as empresas e as comunidades tradicionais devido à influência que o estabelecimento de parcerias proporciona e à diminuição das ameaças para as empresas criadas pela globalização.

Ainda de acordo com Morsello (2004), as parcerias são motivadas pelas empresas que visam superar as pressões competitivas associadas à globalização e que tem forçado as empresas a responderem não apenas a investidores e clientes, mas a um grupo cada vez mais complexo em termos de atores e de área geográfica. A criação e manutenção dessas relações com atores diversificados incentiva a adoção de estratégias como as parcerias.

Nesse mesmo sentido, Suzuki (2009) apresenta a empresa de cosmético Natura neste contexto de parceria comercial entre empresa e comunidade utilizando o conceito de sustentabilidade, como sendo uma estratégia para o posicionamento da empresa dentro deste novo cenário de sustentabilidade na Amazônia e, assim, podendo utilizar a marca “Amazônia” e também garantir o destaque entre outras do mesmo ramo de produção.

A Natura é a maior companhia de cosméticos de capital brasileiro, segundo dados da Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (ABEVD). A Natura lidera no ramo de cosméticos porque é uma empresa que desenvolve, fabrica, distribui e comercializa cosméticos, fragrâncias e produtos de higiene pessoal, possuindo uma marca que está entre as mais reconhecidas no mercado de cosméticos no país.

Segundo Suzuki (2009), além dessas atribuições, a empresa Natura lidera no ramo dos cosméticos porque possui a estratégia que envolve o crescimento do mercado brasileiro e latino-americano de cosméticos através do canal de vendas diretas. A expansão na América Latina se iniciou em 1994 através do Chile, Peru e Argentina. Em 1999, a Natura comprou o fabricante de produtos fitoterápicos Flora Medicinal para aquisição de tecnologia na produção de produtos à base de plantas, seguindo sua estratégia de desenvolvimento de produtos baseados na biodiversidade brasileira.

Suzuki (2009) evidencia que uma das principais estratégias para o crescimento da Empresa Natura é a estratégia de vendas diretas, vinculadas com o discurso do conceito de produtos ligados à natureza, ecologicamente corretos na fabricação de produtos de alta qualidade, que proporcionou flexibilidade e eficiência produtiva, além de baixas necessidades de investimento de seus produtos.

Cabe citar que a empresa Natura é uma empresa brasileira e que possui uma venda internacionalizada na América Latina e também estratégias de internacionalização na Europa, em Paris através do projeto “Ekos Internacional” com a estratégia de vender apenas produtos desta linha, explorando a imagem da biodiversidade brasileira com produtos compostos unicamente de ingredientes naturais.

A empresa Natura tem sua forte fama, com o nome conhecido e admirado no mercado, devido à imagem associada à responsabilidade social, ao desenvolvimento sustentável e à qualidade de seus produtos, visando à inovação de produtos com altos investimentos em pesquisa e desenvolvimento.

Podemos perceber que a empresa de cosméticos Natura possui características de uma empresa com estratégias de acumulações flexíveis, como citou Benko (2002), uma empresa contemporânea que se flexibiliza diante das estratégias a serem alcançadas, desde a busca por matéria prima até a fase final do produto que é a revenda por vendas diretas sem vínculo empregatícios com as revendedoras. Assim como também não possui vínculos empregatícios com as comunidades tradicionais onde buscam sua matéria prima, ocorrendo o que Morsello (2004) chama de “parceria comercial” através de contratos para entrega de produtos.

Na Amazônia essa parceria comercial entre a empresa de cosméticos Natura e comunidades tradicionais tem sido cada vez mais comum devido suas ações socioambientais para o desenvolvimento local. No entanto, “a ideia para o desenvolvimento sustentável da região é o trabalho com a agricultura familiar, promovendo a cultura de produtos diferenciados” (COSTA, 2007 *apud* SUZUKI, 2009, p. 99).

Nas análises de Benko (2002), referente ao discurso das mutações econômicas e políticas, dando ênfase ao campo da industrialização contemporânea, o autor afirma que é na indústria que ocorre o maior índice de alta tecnologia, a alteração na organização social e territorial do capitalismo contemporâneo e das relações sociais de produção. É com base nas ideias desse autor que se buscou compreender as estratégias das empresas de cosméticos no cenário de acumulação do capital flexível que se adequam às exigências do mercado, e na acessibilidade do fornecimento de matéria prima articulando-se em seu funcionamento interno.

A organização flexível da empresa apresenta vários aspectos fundamentais. Ante a necessidade de se adaptarem, as empresas têm a faculdade de agir sobre os efetivos (o que se denomina de flexibilidade numérica) ou sobre tarefas que lhes confiam (flexibilidade funcional) (BENKO, 2002, p. 31).

É com base nesta análise que compreendemos as estratégias de produção e reprodução do capital investido na Amazônia pela empresa de cosmético Natura, que estrategicamente se instalou na região na cidade de Benevides- PA para obter mais facilidade no acesso à matéria prima para produção de seus cosméticos titulados naturais e sustentáveis.

Suzuki (2009) deixa claro que a inserção da empresa Natura no contexto amazônico buscou obter um diferencial competitivo e conseguirá vantagens na diminuição nos custos de transportes e também na preservação da qualidade da matéria prima e baixos custos de produção e qualidades de produtos titulados sustentáveis.

O surgimento de mercados consumidores em busca de produtos rotulados como “verdes” e “justos”, aliado ao crescimento das políticas corporativas de responsabilidades socioambientais, tornou este arranjo cada vez mais comum nas florestas tropicais, inclusive na Amazônia brasileira (MORSELLO, 2002).

Morsello (2002) traz a discussão de que os estudos de valoração de florestas tropicais demonstraram, ao menos teoricamente, a viabilidade econômica da exploração de Produtos Florestais Não Madeireiros, por comunidades tradicionais. A partir daí, vários estudos advogando os benefícios da comercialização de PFNMs surgiram, dando início a uma verdadeira onda de projetos e iniciativas em pesquisas na Amazônia brasileira.

A exploração de PFNMs por comunidades tradicionais pode se estruturar de diversas maneiras, desde produtores individuais buscando mercados regionais, até várias comunidades se organizando em associações ou cooperativas para exportar seus produtos. No caso da comunidade do Jacarequara em estudo, a comercialização do murumuru (*Astrocaryum murumuru Mart*), a amêndoa coletada da floresta pelos quilombolas, vendida à empresa para a produção de cosméticos como sabonetes, hidratantes, óleo corporal, entre outros, a

comercialização é feita a partir da organização com outras comunidades quilombolas também do município de Santa Luzia do Pará, que estão organizadas através da Cooperativa Mista dos Agricultores entre o Rio Caeté e o Gurupi para formalizar a venda via contrato com a Natura desde o ano de 2009.

Como já foi dito anteriormente, é cada vez mais crescente o número de parcerias comerciais de produtos florestais entre empresas de cosméticos e comunidade tradicionais. Morsello (2004) alerta sobre os tipos de parcerias que vem ocorrendo no cenário do espaço amazônico, onde apesar do conceito “parceria” e “desenvolvimento sustentável” soarem e “se darem bem”, na teoria devemos ter um olhar crítico, pois em meio a tantas vantagens existem tanto benefícios quanto problemas que podem ser causados às comunidades, empresas, meio ambiente e a sociedade como um todo.

A respeito da inserção das comunidades tradicionais da Amazônia na economia de mercado, surgem cada vez mais pesquisas que analisam a comercialização de produtos coletados da floresta para empresas de cosméticos e já constataram que esta parceria pode causar impactos sociais, econômicos ou culturais nas comunidades envolvidas, além de transformações nos ecossistemas explorados (MORSELLO, 2004).

Segundo Morsello (2004), as consequências mais comuns da parceria comercial entre empresas e comunidades tradicionais é a alteração no uso tradicional dos recursos naturais, que ocorre em função da passagem da exploração dos recursos naturais regida pela lógica da subsistência da comunidade para um modo de exploração regido pela lógica do mercado, que é o de acúmulo de excedente e competitividade entre os membros da comunidade. Segundo Morsello (2002), essas transformações podem causar impactos na substituição parcial ou até mesmo completa no abandono de práticas de subsistência econômica e social tradicionais.

Pois nos últimos anos tem-se observado a influência da Natura como um novo agente na comunidade do Jacarequara, influenciando na relação do homem com a natureza. Assim sendo, este estudo tem como prisma verificar quais implicações que ocorreram na organização socioespacial da comunidade do Jacarequara.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida desde o ano de 2011, na qual a metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de cunho teórico, a observação sistemática em diálogo com os quilombolas e consulta do acervo das entrevistas em anexo da pesquisa de Almeida (2009), que tem uma análise de como os moradores do Jacarequara se relacionavam entre si e com a natureza desde suas origens e que foram repassados a cada geração do grupo.

Assim, partir de então se tem analisado como as práticas comerciais na comunidade do Jacarequara, conduzidas pela introdução dinâmica produtiva motivada pela Natura,

empresa de cosméticos baseada no capital global e flexível, pode estar provocando uma alteração nas relações sociais dos quilombolas com a natureza.

No próximo capítulo, será discutido o resultado da parceria comercial entre a empresa de cosméticos Natura e os remanescentes de quilombolas do Jacarequara demarcando claramente as influências que a lógica de produção da Empresa Natura na organização socioespacial dos moradores da comunidade do Jacarequara.

CAPITULO III: As relações socioespaciais na comunidade Jacarequara e a parceria comercial com a Empresa de cosméticos Natura.

3.1. As relações socioespaciais na comunidade Jacarequara.

As análises das relações socioespaciais na comunidade Jacarequara está pautada na discussão das concepções de “espaço” definidas por Lefebvre (2002), em que as relações sociais produzem e reproduzem o espaço, seja ele um “espaço” com características de modo de vida tradicional ou um espaço produto de um modo de vida moderno. Segundo Lefebvre (2002) o espaço vivido, concebido e percebido é fruto das relações sociais, seja ele numa dimensão simbólica e cultural ou de produção, este é produto de uma sociedade que se apresenta com uma territorialidade e identidade de um grupo social.

Assim, apresentamos uma das maneiras de as comunidades quilombolas concretizarem-se em seu espaço absoluto por meio do modo de vida tradicional desenvolvendo o uso do território comum. Para obter informações a respeito desta pesquisa, foram desenvolvidos três momentos de estudo, num primeiro momento um levantamento de dados bibliográficos, no segundo momento a observação em campo na comunidade pesquisada e no terceiro momento a aplicação de questionários semiestruturados construídas de acordo com os objetivos da pesquisa, sempre fazendo uma análise dos dados coletados com as referências bibliográficas estudadas.

Voltando à proposta interpretativa de Diegues (2004) a comunidade tradicional tem característica de uso do território comum através das relações familiares e de vizinhança das diversas maneiras de organização social e pelo baixo impacto na natureza. Dessa maneira, foi analisado em campo que a comunidade quilombola do Jacarequara ainda possui uma intensa relação de familiares e de vizinhança em modos de cooperação social na comunidade, como podemos observar no (gráfico 01) que representa as formas de organização social presente na comunidade e no (gráfico 02) que imprime o que chamamos de cooperação social entre familiares e vizinhos.

Como forma de organização social presente na comunidade quilombola Jacarequara, os moradores se organizam na Associação dos Remanescentes de Quilombo Vida para Sempre – AVPS, na qual os associados participam das reuniões, eventos e cursos realizados pela associação. Outra organização que atua na comunidade é o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Luzia do Pará, e também a COOMAR que é uma forma de organização social pouco presente entre os moradores da comunidade. Já o grupo religioso da

igreja católica é bastante presente entre a maioria dos membros da comunidade. O gráfico 01 apresenta as formas de organização presentes na comunidade e o gráfico 02 mostra como ainda é frequente a relação de cooperação social na comunidade. As informações foram coletadas no ato da pesquisa na comunidade quilombola do Jacarequara onde foram selecionadas 10 famílias, sendo o gestor de cada família o entrevistado com perguntas estruturadas e semiestruturada de acordo com os objetivos da pesquisa, ver anexo o questionário.

Gráfico 01: Formas de organização social na comunidade quilombola Jacarequara



Fonte: Questionário aplicado pela autora, Jun. e Jul./ 2015.
Organização e execução: Almeida, A.D.

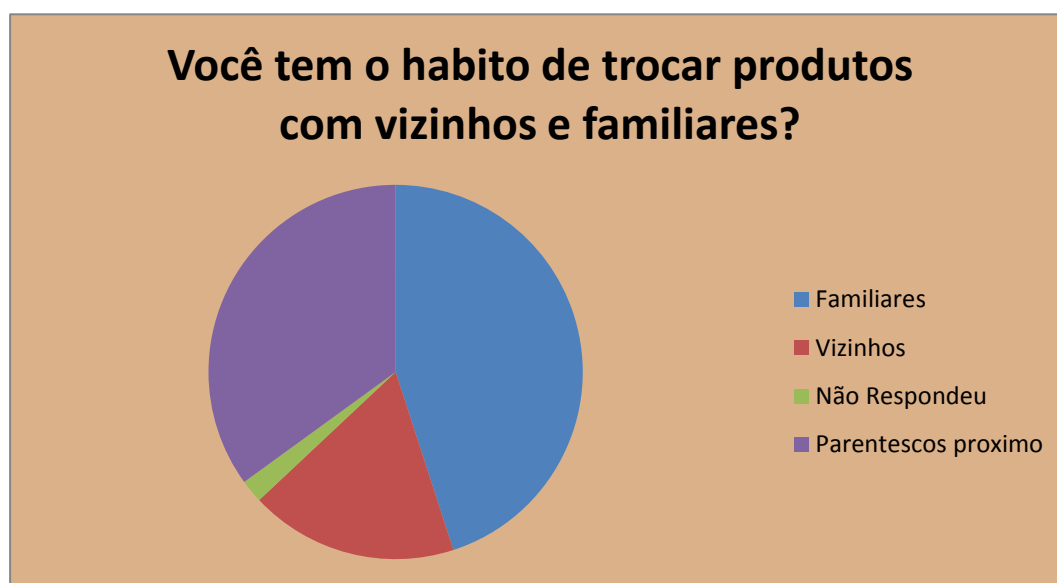
Como mostra o gráfico 01, o sindicato é uma forma de organização muito presente na comunidade pelo fato de ser um órgão que garante aos quilombolas seus direitos de trabalhadores rurais como aposentadoria, salário maternidade e auxílio doença. Na comunidade existe também uma forte organização nos trabalhos da Igreja Católica, que tem como padroeira a Nossa Senhora do Livramento, uma santa cultuada pelos quilombolas desde a origem do quilombo. Realizam seus cultos todos os domingos pela manhã. Sua festividade é realizada no mês de outubro. Durante duas semanas antes do dia da festa são realizadas as novenas de casa em casa pelos grupos de evangelização. Segundo alguns moradores, a festa de Nossa Senhora do Livramento é a maior e a mais bonita, pois no dia da festa há a presença de um número maior de pessoas que faz parte da organização religiosa da igreja católica.

Além destas festas comunitárias, existem outras duas que atraem os moradores. É a festa de São Braz, no mês de fevereiro e a de São Raimundo no mês de janeiro. No mês de

maio, para iniciar o mês de junho, a comunidade se prepara para formar grupos de danças juninas desde criancinhas com 3 anos de idade até os adolescentes e os mais velhos da comunidade. Mais recentemente surgiu também a festa da Associação que acontece no mês de outubro mobilizando todos da comunidade.

O gráfico 02 apresenta um dos elementos que imprime a territorialidade quilombola dos quilombolas do Jacarequara por meio das relações diárias de trocas de produtos entre familiares, vizinhos e parentescos próximos ou compadrios. Diegues (2004) relata que essas relações são comuns nas comunidades tradicionais, na comunidade do Jacarequara não é diferente.

Gráfico 02: Troca de produtos agrícolas com vizinhos e familiares



Fonte: Questionário aplicado pela autora, Jun. e Jul./ 2015.
Organização e execução: Almeida, A.D.

No gráfico 02, podemos observar que é frequente a relação de cooperação social entre familiares, entre pai, filhos já casados e filhos solteiros. Também ficou bastante evidenciado que ainda é comum a cooperação entre vizinhos por meio da divisão da casa de farinha e da troca de produtos como farinha, feijão, arroz e milho, produtos que são produzidos somente para o autoconsumo, que não são destinados à venda. Da mesma maneira podemos observar que a relação de cooperação entre parentesco como tios, primos e compadres também são presentes. Somente duas famílias não tomaram nenhuma posição a respeito da relação de cooperação por meio da troca de produtos pelo motivo de não produzirem mais roçado, e a base de sustento é a aposentadoria ou benefício de um ou mais membros da família.

A organização do trabalho e da produção é feita em áreas individuais e também coletivas entre pais e filhos já casados e filhos solteiros. Na vila ficam somente as casas de moradias, a barraca da Associação, a igreja e a casa de farinha, uma espécie de fábrica doméstica. Todos são espaços de trabalho e socialização entre homens, mulheres, crianças, jovens e adultos, mas com suas devidas especificidades. Observe como estão organizados os espaços geográficos dentro de uma cartografia social da comunidade quilombola do Jacarequara, como mostra o Mapa 02.

A comunidade quilombola do Jacarequara possui um população de aproximadamente 204 pessoas, de acordo com os dados da secretaria de saúde do município de Santa Luzia do Pará, como mostra a Tabela 01.

Tabela 01: Estatística dos quilombolas da comunidade Jacarequara

Famílias Remanescentes do Quilombo do Jacarequara Acompanhadas pela Secretaria Municipal de Santa Luzia do Pará no ano de 2015
Crianças de 0 a 5 anos: 37
Mulheres de 15 a 60 anos: 69
Homens de 15 a 60 anos: 81
Mulheres com idade maior ou igual a 60 anos: 09
Homens com idade maior ou igual a 60: 08
Total de Famílias Residentes na Área Quilombola: 77

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Santa Luzia do Pará, Junho, 2015.

Os dados obtidos na Secretaria Municipal de Saúde não revelam o total de moradores da comunidade do Jacarequara, pois ainda faltam os dados da faixa etária entre 05 a 15 anos de ambos os sexos. Mas como podemos observar a quantidade de famílias existentes expressa bem que é uma comunidade com poucos moradores, esse fato se dá devido ao controle que se tem pela associação na entrada de novos moradores que não sejam oriundos do quilombo, a não ser que quilombolas constituam família com pessoas que não moram na comunidade quilombola.

No trabalho de campo foi observado que em uma mesma residência são acomodados mais de uma família, por exemplo o filho mais velho casou e continua morando com os pais, e assim, continua mantendo a relação de produção de subsistência em conjunto com os pais. Para os quilombolas esse tipo de relação de parentesco é comum e bastante frequente na comunidade desde seus antepassados, até porque muitos são casados entre pessoas de próximo parentesco. No mapa 02, representado por uma cartografia social permite observamos

a organização das residências, espaços religiosos, escolar e de lazer, o rio Guamá além de ser um espaço de lazer é também um meio utilizado para circulação e de fonte de subsistência na pesca artesanal. A distribuição da organização do espaço da comunidade é feito de forma aleatório, onde cada família escolhe o local onde deseja construir seu lar, não existe um padrão de arruamento a ser seguido. Ver Mapa 02 (Cartografia da Comunidade Quilombola Jacarequara).

Mapa 02: Cartografia da comunidade quilombola do Jacarequara



Sistemas de Coordenadas Geográficas- DATUM. SAD 1969

Fonte: IBGE, 2014

Pesquisa de campo, 2014

Organização e execução: ALMEIDA, A. D.

O espaço próximo à casa de morada dos quilombolas é o espaço de responsabilidade da mulher e dos filhos mais novos de idade, denominado por eles de sítio. Nele, geralmente, estão: a casa, o poço, as árvores frutíferas, o chiqueiro, o galinheiro (com galinhas, patos, perus), a casa de farinha onde às vezes tem o forno à lenha. No sítio também ficam as plantas medicinais, sendo de uso familiar e quando um vizinho precisa está à disposição. Veja na foto 01 o sítio de dona Francisca Paulina da Conceição e de seu Manoel Cosme Sampaio dos Reis, o sítio é a área dentro da comunidade que é destinada como uso do território individual de cada família.

FOTO 01- Dona Francisca Paulina da conceição e seu Manoel Cosme Sampaio dos Reis em sua produção de hortaliças e ervas medicinais.



FOTO 01: SITIO DA DONA FRANCISCA E SEU MANOEL: No sitio de sua casa, dona Francisca faz o plantio de ervas medicinais, hortaliças em canteiros suspensos de forma bem artesanal construídos por ela mesma. Tem também árvores frutíferas como: coqueiro, jaqueira, mangueira dentre outras. (FOTO: Alessandra Almeida, Junho/2015).

Segundo Luiz Henrique Nogueira dos Reis, 28 anos, entrevistado em Junho de 2015, o “centro é espaço de responsabilidade do homem”, é onde fica a roça, base de sustentação econômica das famílias. O tamanho da roça varia de uma até oito tarefas (25m² cada uma), dependendo do número de membros da família que possam trabalhar e da necessidade familiar.

Eu roço em outubro depois quiemu, como é que eu quero dizer quando começa a secar depois de um mês mais o meno agente queima e no outro dia depois de queimado agente já pode prantar, pra cá é assim (Luiz Henrique dos Reis, entrevistado em Junho de 2015).

Fazer uma roça é um trabalho demorado que depende do tamanho da área, da mão de obra disponível e do ritmo da natureza. Primeiro espera-se cessarem as chuvas, em meados de julho em diante, para fazer a broca, derruba, queima e por último a coivara², se precisar. Segundo o senhor Mira, no momento deste preparo da terra tem algumas mulheres que fazem a broca quando a capoeira é fina, mas a derruba do capoeirão não, só os homens fazem.

Depois disso, homens e mulheres trabalham juntos, é o momento de iniciar o plantio com o milho, e em seguida a maniva e depois o feijão e o arroz. Mas também são frequentemente plantados em meio à maniva: jambu, maxixe, melancia e macaxeira.

No tempo de cada produto a colheita é feita, ficando somente a maniva que pode demorar de oito a treze meses dependendo do tipo de mandioca e da necessidade familiar. Depois de realizar o plantio duas ou três vezes na mesma roça é necessário deixá-la por mais ou menos 5 a 6 anos para que haja a regeneração da vegetação conhecida como capoeira, posteriormente volta-se a utilizar outra parcela do lote para repetir o mesmo procedimento, ou seja, há um rodízio das terras cultivadas.

O cultivo dos roçados está regido por dois ciclos anuais, o verão e o inverno amazônico³, que orientam não só o calendário sazonal das atividades ligadas à abertura

² Na comunidade quilombola do Jacarequara, a agricultura é praticada utilizando a técnica da broca, derruba, queima e coivara (a broca é a retirada da vegetação com galhos mais finos, é o primeiro processo a ser feito no roçado, depois é feita a derrubada da vegetação maior e mais grossa, depois que foi feito esses dois processos e a vegetação estiver seca faz-se a queimada e depois da queimada é feita a técnica de coivara que é a retirada da madeira que não queimou por completo da área do roçado. Essas são as principais técnicas para preparar a área destinada ao plantio). Com essa prática, o roçado é mantido por cerca de cinco anos. Após esse período, é feita abertura de outras áreas para implantação de novos roçados. Áreas de roçados antigos são deixadas em pousio, passam pelas fases de capoeira e mata secundária, podendo ser novamente transformadas em roçado. Essas práticas agrícolas são mantidas por esse povo desde tempos imemoriais. Com essa técnica, se adaptaram ao seu ecossistema e a transmitem culturalmente de geração em geração.

³ De acordo com o Serviço de Proteção da Amazônia - SIPAM, o inverno amazônico é o período de ano caracterizado por temperaturas mais amenas, se estende até o mês de maio. Ele se deve ao aumento de nebulosidade na região nesta época do ano, o que desencadeia a chuva.

(broca), derrubada, queima, plantio, limpeza e colheita, como determina as espécies de animais, peixes e frutos disponíveis em cada época e local. O calendário de atividades agrícolas é resultado do acúmulo de experiências desse povo ao longo de sua história.

O trabalho familiar agrícola dos quilombolas do Jacarequara se caracteriza por estabelecer relações produtivas com base na reciprocidade das obrigações familiares e não em relações salariais. Além disso, objetiva a reprodução social e cultural da família e da comunidade, não estimulando a acumulação de capital. A composição familiar determina, por sua vez, a forma que assumirá a divisão do trabalho, culturalmente definida conforme a oposição que se estabelece entre casa e roçado, feminino e masculino.

É válido ressaltar que as características naturais locais, como tipo de solo, vegetação e sazonalidade (verão/inverno), têm papel fundamental na definição do calendário agrícola. Segundo Malcher (2011), o conhecimento acerca desses fenômenos é parte da cultura africana ainda presente nos dias de hoje na comunidade.

Assim, as atividades são distribuídas ao longo do ano de acordo com a sazonalidade do clima e o maior tempo de trabalho na roça acontece no mês de dezembro, janeiro e fevereiro, devido ao plantio e à limpeza das culturas diversificadas se intercalarem no mesmo período que coincide com o início das chuvas na região nordeste paraense. Veja na Tabela 02 o calendário agrícola e de festividades da comunidade do Jacarequara.

O verão amazônico dá-se pelo aumento da temperatura que começa a ser percebido já nos meses de transição entre as estações seca e chuvosa (outubro e maio) e nos meses entre eles (novembro a abril).

TABELA 02 - Calendário agrícola e das Festividades na comunidade quilombola do Jacarequara

<p style="text-align: center;">JANEIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plantio da mandioca; • Plantio do milho; • Colheita da mandioca do plantio anterior. <p>OBS: O PLANTIO SE INICIA COM O PERÍODO DAS CHUVAS E DA LUA.</p>	<p style="text-align: center;">FEVEREIRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plantio do milho; • Plantio do jerimum, maxixe, quiabo no meio do roçado; • Colheita da mandioca do plantio anterior. <p>Festividade de São Braz.</p>	<p style="text-align: center;">MARÇO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Primeira capina da roça; • Começa a coletar o murumuru; • Coleta do açaí cultivado. • Colheita da mandioca do plantio anterior.
<p style="text-align: center;">ABRIL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colheita do milho verde; • Colheita da mandioca do plantio anterior; • Coleta do murumuru; • Coleta do açaí cultivado. 	<p style="text-align: center;">MAIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plantio do feijão; • Coleta do murumuru; • Coleta do açaí cultivado; • Coleta da mandioca do plantio anterior. <p>Festividade da Igreja Católica do mês de Nossa Senhora e sua coroação.</p>	<p style="text-align: center;">JUNHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plantio do feijão; • Coleta do murumuru; • Coleta da mandioca do plantio anterior; • Coleta do açaí cultivado; • Coleta do milho seco. • Festas Juninas
<p style="text-align: center;">JULHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta do açaí cultivado; • Coleta da mandioca do plantio anterior; • Quebra da amêndoa do murumuru; • Venda do murumuru. 	<p style="text-align: center;">AGOSTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta do feijão verde; • Coleta do açaí cultivado; • Coleta da mandioca do plantio anterior; • Coleta do murumuru para 2ª entrega. 	<p style="text-align: center;">SETEMBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta do feijão maduro; • Coleta do açaí nativo; • Coleta da mandioca; • Coleta do murumuru para a 2ª entrega; • Coleta da pimenta do reino no terreno do Sr. Maeca.
<p style="text-align: center;">OUTUBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta do açaí nativo; • Coleta da mandioca; • Coleta do murumuru; • Coleta da pimenta do reino no terreno do sr. Maeca; • Broca da capoeira; • Festividade de nossa senhora do Livramento; • Festa da associação avps; para o roçado do ano seguinte. 	<p style="text-align: center;">NOVEMBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta do açaí nativo; • Coleta da mandioca; • Quebra da amêndoa do murumuru. 	<p style="text-align: center;">DEZEMBRO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Coleta da mandioca; • Coleta do açaí cultivado; • Queima e limpeza do roçado; • Plantio do milho.

Fonte: Questionário aplicado pela autora, Jun. e Jul./ 2015.
Execução. Alessandra Almeida, Julho/2015.

A Tabela 02 mostra a produção agrícola presente na comunidade e outras formas de produção como a coleta do murumuru que é frequente em quase todos os meses do ano. Além da agricultura familiar e da coleta do murumuru, os quilombolas também trabalham com a coleta da pimenta do reino nos meses de setembro e outubro.

O plantio e a colheita da pimenta do reino, uma produção agrícola muito frequente no Nordeste Paraense entrou em expansão desde 1991. A produção da pimenta do reino ainda não possui um manejo com insumos e mecanizações modernas, logo, são utilizados nessa produção agrícola poucos insumos e as mecanizações modernas não são frequentes e acabam valendo-se da mão de obra familiar dos pequenos agricultores da região para atender ao manejo da produção da pimenta do reino. Na comunidade do Jacarequara há um grande número de famílias que no período de colheita da pimenta do reino se deslocam da comunidade para o município de Capitão Poço-Pará que faz fronteira com o município de Santa Luzia do Pará para coletar o grão da pimenta no terreno do Senhor conhecido como Maeca⁴.

Outra produção bastante desenvolvida na comunidade é a coleta do açaí que é intensificada no período de safra nos meses de novembro e dezembro, em que o preço cobrado pela saca de 60 kg do fruto pode chegar até R\$200,00. Segundo Maria do Livramento, 50 anos, entrevistada em julho de 2015, a renda da venda do açaí é destinada para compra de bens como eletrodomésticos e calçados e roupas. Ressalta-se que a área de coleta do açaí é de uso comum denominada pelos quilombolas de terreno da associação-AVPS.

Agente pranta a mandioca em dezembro o janero depende das chuvas se for cedo, já o milho é prantado em fevereiro no meio da mandioca prantada e já grandinha, depois que tira o milho agente pranta o feijão em junho e colhe em setembro. Também tem a colheita do açaí que dá muito bom a safra no mês de dezembro que paga bem a saca do açaí que já é um dinheirinho extra que ajuda muito pra nós (Maria do Livramento, 50 anos, entrevistada em Julho de 2015).

Como observamos, a renda familiar na comunidade do Jacarequara é bastante diversificada, mas o objetivo deste trabalho é analisar a inserção desta nova produção que é a venda da amêndoa do murumuru presente na comunidade desde o ano de 2008.

Apesar das variadas fontes de renda, a agricultura familiar ainda é muito presente na comunidade e no trabalho da roça. A prática de ajuda mútua entre pai, filhos solteiros e filhos

⁴ As famílias quilombolas coletam pimenta do reino no terreno do Senhor Maeca no valor de 0,50 centavos o Kg da pimenta em média. Segundo o entrevistado 02 cada pessoa chega a coletar até 200 kg por dia. Essa renda extra para as famílias é destinada para comprar eletrodomésticos ou motocicleta, veículo mais utilizado no acesso à comunidade.

já casados, ou entre irmãos já casados ainda é muito frequente. Ao se fazer a roça, já se estabelece se a área da roça é de todos ou se será dividida entre cada interessado. A divisão é feita somente da área da roça, e não do trabalho. Todos trabalham em toda a área da roça, independente se ela está dividida ou não. Este trabalho pode ser desde a derrubada da capoeira para o preparo da área até a produção da farinha.

Pode-se observar em campo que a ajuda mútua é mais frequente e praticada entre parentes. Com outras famílias foi percebida a “troca de diária” quando um quilombola trabalha para a outra família e como forma de pagamento a família para qual foi prestado o serviço agora dará um dia de serviço para quem deve o dia de diária, ou seja, nessa relação não há presença de dinheiro, essa prática é bastante comum na comunidade. Nos relatos sobre mutirão se fala muito no passado, mas enfatizam que nos dias de hoje não existe mais, “seria muito bom se tivesse aqui o povo de hoje é tudo disunido antigamente não nos trabalhava todo mundo junto.” (Carmelina Silva dos Reis, 57 anos, entrevistada em junho de 2015).

Hoje às vezes ainda acontece da gente trabalhar pra outras pessoa mais é pouco só as vez é mais com a família dos nosso filho que já tão casado que agente trabalha junto. Como era antigamente que todo mundo trabaiva junto não existe mais é so nós mermo com os nosso filhos que já tem família (Maria José Cordeiro Rodrigues, 53 anos, entrevistada em julho de 2015).

Além do roçado com as práticas de mutirão em família, a venda do açaí, do murumuru e a coleta da pimenta do reino no terreno do Sr. Maeca são as principais fonte de produção que mantém as famílias, algumas tem membros assalariados. Existem casos em que um membro é assalariado permanente em cargos públicos como professor. Existem outros, como os benefícios governamentais, aposentadoria, pensão por invalidez, bolsa família. Este dinheiro a mais, apesar de pouco, que entra na família pode ser investido na produção, no pagamento de diárias para outros, principalmente os aposentados quando não podem contar com a sua própria força de trabalho e nem com a dos filhos ou na compra de um bem que pode trazer um conforto para a família, como mostra a Tabela 03 que apresenta as fontes de renda presente na comunidade.

TABELA 03: Fontes de Renda das Famílias na comunidade quilombola do Jacarequara

Fonte de renda identificada na comunidade do Jacarequara
Produção da agricultura familiar
Venda da amêndoa do murumuru
Venda do caroço do açai
Colheita da pimenta do reino no terreno do Sr. Maeca
Aposentadoria
Bolsa família
Funcionário publico
Pequeno comercio ⁵
Venda de utensílio de barro

Fonte: Questionário aplicado pela autora, Jun. e Jul./ 2015.
Execução. Alessandra Almeida, Julho/2015

As fontes de rendas apresentadas revelam algumas mudanças que foram inseridas na lógica de produção dos quilombolas, como a venda do murumuru que torna-se relevante na medida em que esta parceria influencia em uma lógica de produção por meio da venda intensiva da amêndoa do murumuru, como podemos observar na Tabela 02, onde está representado o calendário agrícola e cultural dos quilombolas e mostra que a coleta do murumuru é realizada quase o ano todo desde o ano de 2008. A parceria com a empresa de Cosméticos Natura é cada vez mais intensificada na comunidade. Nesse sentido, é interessante refletirmos se tais dados estariam sugerindo alguma tendência na mudança do modo de vida e na territorialidade quilombola.

As fontes de renda de subsistência e cultural, como a produção de panelas e jarros de barros confeccionados pelas mulheres são meios de produção que contribuem para que as unidades familiares quilombolas se mantenham e se reproduzam enquanto quilombola no seu território de origem. Este meio de produção com o passar dos anos e com a inserção de novas lógicas de produção ficam cada vez mais propícios para que ocorram o enfraquecimento das relações socioespaciais tradicionais na comunidade.

Segundo Malcher (2011), o trabalho na roça é uma das principais atividades que expressa todas as relações sociais quilombolas existentes entre a família, parentes e vizinhos. A autora supracitada ressalta que há também uma relação que ultrapassa estas outras: é a

⁵ O pequeno comércio é também conhecido como taberna. São casas que vendem o sabão, o óleo etc, produtos que não são produzidos na agricultura. Na comunidade do Jacarequara existem duas casas com pequeno comércio.

relação com a natureza, com o que está à sua volta. Por exemplo, o plantio é realizado na roça e ocorre somente dependendo do tempo de sol ou de chuva na região. As fases da lua também têm sua influência como relata o senhor Manoel Cosme Sampaio dos Reis, 51 anos:

Eu não pranto na época da lua crescente porque num presta pra plantá nada, nem mermo na lua cheia também principalmente o milho não presta, dá broca um bicho que roi e devora o milho e não presta. Eu acho meio prantar na lua minguante e lua nova, que a roça não faia nace toda bonita (Manoel Cosme Sampaio dos Reis, entrevistado em junho de 2015).

O roçado dos quilombolas é típico de uma agricultura de subsistência com culturas variadas e temporárias, começando pelo milho que é plantado em dezembro ou em janeiro, dependente do início das primeiras chuvas e é cultivado principalmente para o consumo das aves e da família que fazem canjica, assam ou cozinham o milho. Quando o milho já está nascendo é plantada a maniva, que é destinada somente para fazer farinha. Esta cultura demora mais tempo para ser coletada. Quando o milho já começa a ser colhido, planta-se o feijão, mas geralmente é somente para a alimentação da família.

Sobre o cultivo da mandioca, ele é realizado nos meses de dezembro e janeiro, com o objetivo de produzir a farinha de mandioca. Também é uma produção feita somente para o consumo. A farinha é produzida em uma fábrica doméstica em que todos os membros da família são envolvidos na produção, a casa de fazer farinha é um espaço de produção de uso coletivo entre parentes e vizinhos como mostra o Gráfico 02.

Além da agricultura, estas famílias também criam pequenos animais, geralmente são galinhas e patos, somente para o consumo familiar, principalmente em momentos de festa. A caça também é realizada, mas com menor frequência, pois já ocorre a escassez dos animais como o tatu, paca e porco do mato.

Além da agricultura e da caça, os quilombolas praticam a pesca que é bastante desenvolvida pelos moradores da comunidade no Rio Guamá e é destacado como uma fonte de alimento diário para várias famílias da comunidade. Eles costumam fazer a pesca com a tarrafa,⁶ com o anzol e garrafas vazias de vidro⁷. Assim como a caça, a pesca é também

⁶A tarrafa é um utensílio fabricado pelos quilombolas para facilitar a pescaria feita no Rio Guamá, essa prática feita pelos quilombolas é de subsistência e também é considerada uma prática sustentável pois no momento da pesca o pescador pode escolher se fica ou não com o peixe, muitos são devolvidos para o rio quando ainda não atingiram a idade adequada para o consumo, por esse motivo os quilombolas usam regularmente essa técnica de pescaria na comunidade.

⁷A pesca na garrafa vazia é uma técnica utilizada pelas crianças quilombolas na pescaria. As crianças colocam farinha de mandioca dentro da garrafa de vidro vazia e transparente amarrada com uma linha

somente para o consumo da família. Um dos problemas que a comunidade enfrenta é a vinda de pessoas da cidade para pescar no rio, pois se utilizam de técnicas predatórias que contribuem para a escassez do peixe que deveria ser consumido pela comunidade.

Em análises de campo observou-se que a produção agrícola ainda é a principal fonte de renda das famílias da comunidade do Jacarequara, mas as atividades não agrícolas são cada vez mais presentes, dinamizando outras formas de cooperação social entre os quilombolas e por consequência alterando a organização socioespacial no Jacarequara.

As Fotos 02 a 05 mostram os espaços e os equipamentos de produção das famílias quilombolas do Jacarequara, fruto das relações sociais, como a casa de farinha, local onde é beneficiada a mandioca para produção da farinha que é um dos alimentos da base alimentar das famílias. A tarrafa que é um instrumento utilizado para pesca artesanal e de subsistência para o consumo familiar.

de anzol na garrafa e assim é lançada no rio, alguns minutos depois as crianças puxam a garrafa pela linha e dentro delas vem os peixes de pequeno porte considerada por elas como ideal para saborear nas refeições.

Foto 02: Técnica de produção das relações sociais de produção na comunidade quilombola Jacarequara



FOTO 02: SENHOR MIRO CONSTRUINDO UMA TARRAFA: A família do senhor Miro assim como as outras famílias possuem tarrafa como um utensílio fabricado pelos próprios quilombolas para facilitar a pesca de peixes pequenos e médios no Rio Guamá. (FOTO: Alessandra Almeida, Junho/2015).

FOTO 03: Pescaria na garrafa de vidro transparente



FOTO 03: PESCARIA NA GARRAFA. A pescaria na garrafa de vidro transparente é uma técnica utilizada pelas crianças da comunidade para pescar pequenas espécies de peixes, que entram na garrafa com iscas lançadas no Rio Guamá. É uma técnica de pescaria que dá alimentos às crianças e muito mais que alimento, também é uma forma de diversão para a criança. (FOTO: Alessandra Almeida, Junho/2015).

FOTO 04: Pescaria de anzol



FOTO 04: PESCARIA DE ANZOL. A pescaria de anzol é uma técnica desenvolvida pelos adultos, essa pescaria é considerada por eles como uma terapia de paciência e também é considerada uma pescaria de baixo impacto ambiental. (FOTO: Alessandra Almeida, Junho/2015).

FOTO 05: Espaço de produção, a casa de farinha



FOTO 05: CASA DE FARINHA. A casa de farinha também conhecida como fábrica de farinha, esse espaço de produção é de uso comunitário e entre pessoas da mesma família. Na produção da farinha ocorre o envolvimento de todos os membros da família. (FOTO: Alessandra Almeida, Junho/2015).

Na comunidade do Jacarequara é comum chegar às margens do Rio Guamá e observar os quilombolas pescando de canoa com anzol, tarrafa e crianças que desenvolveram uma técnica de pescar pequenos peixes na garrafa de vidro transparente usando lagarta como isca para atrair os peixes para dentro da garrafa. Além de o rio ser uma fonte subsistência que banha o território da comunidade, também é comum encontrar mulheres utilizando o rio como espaço de lavagem de roupas, louças, banhos e também é um espaço de lazer para os moradores do Jacarequara.

Na análise sobre a relação de um modo de vida tradicional na comunidade do Jacarequara observou-se que eles reproduzem um modo de vida típico de povos tradicionais reforçando a relação socioespacial entre eles e o meio ambiente, mesmo sendo uma relação mais intensiva através de uma parceria comercial que acirra ainda mais a desigualdade dos espaços econômicos de produção dos povos tradicionais com os das empresas capitalista de produção. A respeito da parceria comercial entre empresa de Cosméticos Natura e as comunidades tradicionais atentamos nossas análises de como se dá a parceria de produção dentro da comunidade do Jacarequara.

3.2. A inserção da lógica comercial da empresa Natura na comunidade Jacarequara.

Neste item trataremos da inserção da empresa de Cosmético Natura na comunidade tradicional do Jacarequara sob o discurso de sustentabilidade ambiental dos recursos naturais da Amazônia. Antes de avançarmos na discussão é importante definir o que entendemos por sustentabilidade ambiental.

Para falarmos de desenvolvimento sustentável sob um ponto de vista ecológico, necessariamente temos de levar em consideração outras condições necessárias para que a sustentabilidade seja eficiente: a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental. Segundo Boff (2012) é a partir dessa relação imbricada dessas três dimensões que podemos desenvolver modelos de produção sustentáveis.

Os modelos atuais de sustentabilidade são frutos de uma pressão mundial sobre os governos e as empresas em razão da crescente degradação da natureza, o clamor mundial acerca dos riscos ambientais também pesa sobre a vida humana para que todos os esforços possam conferir a sustentabilidade da Amazônia.

Nesse sentido, a lógica de acumulação de capital na Amazônia sob a prática de desenvolvimento de uma produção sustentável está levando a nível global a mercantilização dos recursos naturais da floresta amazônica e também os saberes típicos das comunidades

tradicionais. Segundo Costa e Richetti (2010) a parceria entre empresa e comunidade tradicional garante para o capital o monopólio da renda através da posição privilegiada que a empresa tem no mercado, pelo valor associativo a questões culturais, ambientais e regionais dos produtos garantindo sua marca num cenário da globalização e se firmando enquanto empresa que visa um desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

O período atual, provavelmente mais que qualquer outro, oferece essa forma de exercício do poder, pois sob égide da globalização neoliberal, e principalmente nas duas últimas décadas, amparadas pela crise ambiental, o capitalismo encontra novas bases de acumulação, em que tenta ocultar não apenas os conflitos ambientais, mas também os sociais (COSTA; RICHETTI, 2010, p.255).

Logo, devemos refletir no que traz à tona esta citação, sobre a história do capitalismo que carrega esse modelo econômico-estrutural de pensar uma acumulação que ordene as relações sociais para que possam atender aos novos modos de produção e garantam o funcionamento do acúmulo de capital, excluindo o bem estar social e ambiental.

A parceria entre empresa de Cosméticos Natura e comunidades tradicionais são exemplos de como o capitalismo se reinventa e reordena as relações socioespaciais tradicionais para atender seus interesses de acumulação. Neste trabalho não temos a intencionalidade de discutir os resultados da ação da Empresa de Cosmético Natura no cenário global e no cenário regional, o que se observa é a forma de como se dá a relação empresa e comunidade como subsídio para compreendermos as relações socioespaciais da comunidade do Jacarequara a partir desta parceria comercial.

A parceria comercial entre a empresa de Cosméticos Natura e a comunidade quilombola do Jacarequara acontece via contrato de compra e venda, sendo que é através da COOMAR que ocorre o processo de contratos e acordos. A comunidade do Jacarequara entrega a produção na cooperativa e recebe o valor do produto coletado através da mesma, segundo Marcio da Silva Ramos, ex-presidente da COOMAR, foi o pioneiro em manter contato com a empresa a fim de expandir a variedade de produtos fornecidos pelos agricultores da região e entrou em contato com empresa para fornecer produtos de seu interesse. A parceria começou em 2008 entre COOMAR e comunidades tradicionais da região, pois em algumas comunidades como a do Jacarequara tinham membros associados na mesma, após a parceria e com o decorrer dos resultados positivos na parceria ocorreu a adesão de novos sócios na cooperativa. Observe na Tabela 04.

TABELA 04: O avanço na comercialização de kg murumuru para a empresa de Cosmético Natura pela COOMAR.

Ano ⁸	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Kg de amêndoa de murumuru	465	2.853	12.759	30.770	36.067	3.600	10.000

Fonte: Questionário aplicado pela autora, Jun. e Jul./ 2015. Execução. Alessandra Almeida, Julho/2015.

Assim, como mostra a tabela, os resultados foram positivos para empresa chegando ao ponto de exceder o acúmulo de matéria prima no ano de 2012. A meta para 2015 é aumentar a quantidade da entrega até o fim do ano. Representantes da COOMAR ressaltam que com o aumento na entrega da amêndoa do murumuru os agricultores não deixaram de vender seus produtos da agricultura familiar, apenas diminuíram na diversidade de produção. A parceria entre empresa e cooperativa ocorre devido à cooperativa ter CNPJ regular para fazer acordos comerciais com empresas, ficando como responsabilidade dos coletores apenas entregarem a amêndoa na COOMAR para ser transportada para Natura, localizada na cidade de Benevides, Pará.

O objetivo da COOMAR com a parceria era garantir no mercado produtos não agrícolas dos agricultores associados para diversificar a produção comercializada pela cooperativa, enquanto que para a empresa Natura o objetivo é se firmar no mercado global de cosméticos, adquirindo produtos naturais, indispensáveis para fabricar seus cosméticos da linha Ekos Natura. Mas além de comprar as amêndoas da cooperativa, a empresa visa ter uma maior aproximação com os coletores como forma de manter um vínculo com fins que certifique o seu discurso de sustentabilidade para as comunidades tradicionais da Amazônia e para manter a floresta em pé.

Pesquisas de Suzuki (2009) apresentam que as famílias fornecedoras dão destaque para o potencial maior como as principais fornecedoras de matéria prima para a Natura. O objetivo da Natura é “o desenvolvimento sustentável que consiste em valorizar a agricultura familiar organizada em cooperativas e o desenvolvimento regional de produtos naturais evitando o corte de árvores e aproveitar seus frutos como fonte de renda” (SUZUKI, 2009, p.78).

⁸ No ano de 2013 o acordo com o contrato entre a COOMAR e a Natura era de 30% de 12 toneladas para cumprir o contrato. Nesse ano a Natura não queria mais produção, devido excesso de produção do ano anterior. Em 2014 renovou o contrato para 10.000, pois o contrato é de 3 anos e que antes era de 12.000 a cada 2anos.

Dessa forma foi que se estabeleceu a parceria entre a empresa de cosméticos Natura e a comunidade tradicional do Jacarequara. É válido ressaltar que a Natura não desenvolve nenhum tipo de apoio na organização e gestão na comunidade, nem mesmo projetos de pesquisa e desenvolvimento, ficando como prática somente a compra e venda da matéria prima. Pois as parcerias são estritamente comerciais, assegurando somente a compra da amêndoa das famílias que recebem em média um salário mínimo por mês, o escoamento de novos produtos, criando uma nova fonte de renda complementar.

Para demonstrar uma das formas da geografia da produção do “desenvolvimento sustentável” nas comunidades tradicionais na Amazônia implantadas por empresas, fica solícito apresentar o processo de coleta do murumuru e as dificuldades encontradas pelos coletores da comunidade do Jacarequara para continuar a coleta da amêndoa.

A coleta do murumuru (Foto 06) ocorre entre os meses de março a novembro, sendo que acontecem duas entregas anuais de produção. A amêndoa coletada entre os meses de março a julho é entregue na primeira remessa, e entre os meses de agosto a novembro ocorre a segunda entrega. A coleta é realizada quase que diariamente pelos quilombolas/extrativistas da comunidade do Jacarequara, os coletores se reúnem cada um com seu grupo familiar de forma que cada família coleta individualmente, ou seja, não acontece a coleta coletiva, entre famílias, somente ocorre a coleta coletiva entre membros da mesma família.

A área de coleta é de uso comum, as palmeiras são típicas de área de várzea, e como observamos no Mapa 02 a comunidade é banhada pelo Rio Guamá, um rio de porte médio com uma grande extensão de mata ciliar. Esse fator muito interessa para compreendermos que a área da comunidade é rica da presença dessa palmeira, motivo esse que apesar da coleta ser intensiva ainda não há registros de conflitos por área de coleta.

É interessante destacar a predominância da presença do marido e da esposa e dos filhos mais velhos nessa etapa de produção, e coletivamente adentram nas matas para efetuar a coleta do caroço do murumuru.

Em experiência na coleta do caroço juntamente com as famílias coletoras pode-se dizer que o trabalho de coleta do caroço no meio da floresta preservada não é fácil, pois no local da extração existem animais peçonhentos, tais como cobra, aranha, escorpião e muitos espinhos, típicos da palmeira do murumuru (ver foto 07). Além do desconforto que é trazer a produção coletada em sacos amarrados na cabeça. Apesar desta atividade apresentar perigos e muito cansaço, esse trabalho envolve muita descontração, como cantorias, assobios e brincadeiras entres os coletores. Essas práticas de descontração é uma maneira de motivá-los na coleta.

Depois de realizada a coleta dos caroços do murumuru, os coletores transportam do interior da floresta através de canoa (a remo), de animais (burro, jumento, cavalo) e quem não possui nenhum desses meios traz na cabeça até a comunidade. Chegando à comunidade, os coletores lavam os caroços para facilitar a seleção dos caroços com maior qualidade para a venda e depois são espalhados em uma mesa confeccionada por eles mesmos, dentro de uma “casa estufa” (ver foto 08), exposta ao sol por um período de aproximadamente sete dias, período necessário para que a amêndoa se solte da casca do caroço, pronto para a quebra do caroço.

Após todos os caroços secos e com a amêndoa desgrudada, os caroços são armazenados para aguardar 15 dias antes da entrega, onde a data é estabelecida pela empresa Natura para entregar a produção. No processo de quebra da amêndoa são envolvidos todos os membros da família, devido ao prazo de entrega a ser cumprido.

Essa etapa da produção também não é tarefa fácil, pois existe um risco de no ato da quebra do caroço, devido sua casca ter uma espessura forte, haver uma dificuldade na quebra, sendo necessário utilizar ferramenta pesadas como martelo e um fragmento de rocha (pedra) como apoio (ver foto 09). A falta de prática ou um pouco de descuido pode causar lesões nos dedos da mão e nos olhos dos quebradores, além do que uma das exigências postas pela Natura de que a amêndoa dever estar completamente inteira sem nenhuma rachadura, pois as amêndoas quebradas não são classificadas para venda.

Não existe na comunidade um local reservado para a quebra do caroço, sendo feito na própria casa dos coletores. O trabalho das famílias se encerra nesta etapa de quebra do caroço, ficando na responsabilidade deles transportarem a produção até a COOMAR localizada na cidade de Santa Luzia do Pará. Posterior à entrega na cooperativa fica sob responsabilidade da mesma efetuar a entrega na sede da empresa Natura localizada na cidade de Benevides, Pará.

Essa geografia da relação entre empresas e comunidades tradicionais através da comercialização de produtos não florestais permite refletir sobre a expansão do capitalismo sob o discurso de produção sustentável dentro de uma lógica de acumulação flexível do capital no espaço amazônico. Pois a inserção de parcerias entre empresas e comunidades na Amazônia tanto pode remover ou dissolver as relações sociais e as relações de produção tradicionais, ampliando a incorporação de uma lógica de produção puramente capitalista alterando os modos de vidas tradicionais, mesmo que temporariamente substitua as relações socioespaciais tradicionais das comunidades por relações capitalista de produção.

FOTO 06: Fruto do murumuru



FOTO 06: O FRUTO DO MURUMURU. Esse fruto é comum nas áreas de várzeas, quando o fruto ainda está na árvore não serve para ser colhido, somente quando este cacho é encontrado no chão. (Foto: Alessandra Almeida, Junho/2014).

FOTO 07: Palmeira do murumuru



FOTO 07: A PALMEIRA DO MURUMURU. A palmeira tem uma altura média de 3 metros e possui espinhos grandes no caule e nas palhas, fator esse que dificulta a coleta dos caroços que caem entre as palhas secas. (Foto: Alessandra Almeida, Junho/2014).

FOTO 08: A casa estufa



FOTO 08: A CASA ESTUFA. É o local próprio para secagem do caroço, chegando em uma temperatura média de 45° C, construída pelo próprio coletor. O material de plástico é doado pela Natura e a madeira é retirada da floresta. (Foto: Alessandra Almeida, Junho/2014).

FOTO 09: Quebra do caroço do murumuru



FOTO 09: QUEBRA DO CAROÇO DO MURUMURU. A quebra do carroço é o processo final para a entrega da produção. Esse momento envolve todos os membros da família. (Foto: Alessandra Almeida, Junho/2014).

3.3 Análises dos impactos socioespaciais na comunidade Jacarequara a partir da inserção da parceria comercial com a empresa de Cosméticos Natura

Com a introdução da parceria comercial entre a Natura Cosméticos e a comunidade quilombola Jacarequara podemos dizer que ocorreu uma melhoria na diversificação da renda das famílias coletoras, e que essas famílias não deixaram de realizar a agricultura de subsistência. Mas ficou explícito que diminuiu a produção e o tamanho dos roçados. A entrevistada dona Francisca Paulina da Conceição de 51 anos relata que a produção do roçado com o passar do tempo diminuiu, reduziu-se o tamanho e a diversificação da produção, fato que intensificou-se a partir da parceria comercial na venda da amêndoa do murumuru.

A gente prantava a mandioca né, o milho pras criação, o feijão que servia pra gente comer e vender um pouco na rua, a malva a gente vendia a semente, o carvão só pra casa mermo, arroz pra nosso consumo, verdura, jerimum, maxixe que era prantado no meio da roça.

Ainda pranto tudo, mais agora já num dá mais como antes, a mandioca é difícil a gente vender é só para o consumo, a roça antes da gente era de 6 tarefa agora não, porque a gente trabaia com outras coisas e também meus fios mais veio já casaram (Francisca Paulina da Conceição, 51 anos, entrevistada em Julho/2015).

Como se pode observar, as famílias quilombolas do Jacarequara realizam as atividades produtivas da agricultura familiar diversificada voltada principalmente para o consumo familiar e com baixa articulação com a comercialização, ficando a venda da amêndoa do murumuru como produção destinada somente para a empresa Natura e também comercializam o açaí no próprio comércio de Santa Luzia do Pará no período de maior safra como mostra a tabela 02.

Em termos de análise a respeito dos impactos da parceria comercial nas relações socioespaciais dos quilombolas, podemos dizer que os coletores reproduzem um modo de vida tradicional, sendo que, a partir da inserção dessa sociedade tradicional em uma nova lógica de produção capitalista, possivelmente haverá alteração gradativa desse modo de vida, se a empresa Natura investir em novos modelos de parcerias comerciais mais sofisticados e também se for mais intensificado a coleta do murumuru na comunidade. Podemos também observar que, com a comercialização da amêndoa, há um aumento na relação homem-meio ambiente, tanto no que se refere aos quilombolas como no que se refere aos interesses da empresa Natura pelos recursos naturais da floresta.

Nesse sentido, observou-se que também há interesses por parte da empresa Natura no que se refere ao modo de vida dos quilombolas, pois há uma valorização indentitária dos quilombolas reconhecidos pela empresa, firmada no discurso de sustentabilidade para que as

comunidades tradicionais, assim, possam permanecer no seu território, podendo explorá-lo cada vez mais. Mas, devemos levar em consideração que apesar de suas vantagens, essa parceria tem muito a melhorar, pois as desigualdades econômica e financeira entre empresa e comunidade são alarmantes e reproduz uma desigualdade social oriunda dos interesses do capitalismo que se reproduz pelo discurso de sustentabilidade, visando dar lucro para a empresa com a venda dos produtos naturais da Amazônia imbricado com a mão de obra barata de coletores tradicionais e também da venda do *marketing* dos produtos tradicionais da Amazônia.

Na prática, a parceria dos quilombolas com a Empresa Natura através da comercialização da amêndoa do murumuru proporciona um pequeno benefício financeiro para os coletores, quando se compara este com o modelo de benefícios econômicos de maior produtividade e lucro para a empresa, tornando as sociedades tradicionais cada vez mais como mão de obra barata, desvalorizada e excluída do lucro financeiro de seus próprios produtos. Essa relação capitalista de exploração dos povos amazonidas é reproduzida desde o período de colonização da Amazônia e que ainda está presente nos dias atuais.

A mercantilização dos produtos naturais da Amazônia pela empresa Natura fica explícito no que Benko (2002) e Harvey (2005) chamam a atenção para a flexibilização do capital em uma escala ampla de produção. Pois o capitalismo a partir da lógica de produção flexível atua em toda parte da produção e em todos os lugares, e conseqüentemente adquire mais poder de explorar os recursos naturais e a sociedade como mão de obra barata, aumentando cada vez mais o poder de lucro e também o monopólio dos recursos naturais e sociais.

Logo, o mercado de produtos extrativistas na Amazônia é bastante comum, e traz consigo uma prática otimista no que se refere à sustentabilidade da Amazônia. Mas devemos colocar em evidência que as práticas da parceria entre empresa e comunidades tradicionais apesar de ser uma relação comercial de cunho sustentável tem demonstrado que seus impactos socioeconômicos, ambientais e sociais nem sempre são positivos quando nos referimos em uma sustentabilidade que visa o equilíbrio sustentável entre o homem e o meio ambiente.

Analisando a convivência de tempos e espaços tradicionais não excludentes se relacionando com o tempo de produção capitalista da empresa Natura, observou-se que esta relação comercial apresenta impacto no que se refere ao tempo de produção socioeconômico das populações tradicionais baseadas em uma agricultura de subsistências, alterando o ciclo da produção tradicional através da parceria comercial da amêndoa do murumuru que torna a comercialização desse produto dependente de agentes externos, ficando suas relações de

produção cada vez mais vulneráveis às oscilações do mercado. Sendo que apesar da inserção da lógica de produção da comercialização da amêndoa não se constatou no espaço da comunidade melhores benefícios para os quilombolas, de modo geral, não reduziu os patamares da baixa renda na localidade e não apresenta nenhum projeto social implantado pela empresa Natura na comunidade Jacarequara.

No que se refere à opinião dos quilombolas a respeito da parceria com a empresa Natura foi questionado quais os benefícios que a empresa Natura trouxe para sua família? E todos responderam que aceitam e concordam com a parceria, que a mesma trouxe bons lucros para a comunidade e sua família. No questionário aplicado para os coletores observou-se que todos gostam de trabalhar em parceria com a Natura.

Há é bom porque agente tem o murumuru pra vender que antes se estragava na mata e agora a gente vende, da trabaia só pra ir buscar no mato mais pra coletar é bom demais é na sombra a gente acha é bom, mais eu gosto mermo é de espocar o caroço. Se bom mermo se o material viesse certo pra gente.

Eu acho bom é tudo, só não gosto de como eles paga a gente, que agente trabaia e demora a ver o dinheiro, chega ser até dois mês de demora pra gente receber, não gosto só dessa parte, mais o resto é bom tudo, gosto de coletar, de espocar o caroço e pra secar não dá trabai (Claudiana da Silva Nogueira, 39 anos entrevistada em Julho/2015).

Os coletores não se opuseram ao novo modo de produção devido ao fato de já terem o hábito de coletar produtos da floresta, ficando como ponto negativo somente a forma de pagamento. Quanto às formas de pagamento não ficou esclarecido o real motivo do atraso, devido ao pagamento ser efetivado sob a responsabilidade da COOMAR que faz o contrato com a Empresa Natura, sendo a responsável por repassar o pagamento para os coletores.

Para análise a respeito da alteração no modo de vida tradicional resgatamos as ideias de Haesbaert (2002), pois a comunidade tradicional não perde seu modo de vida, os quilombolas somente elegem outra forma de relações socioespaciais, que também é um método de comercializar uma nova mercadoria juntamente com seus valores culturais, alterando assim o território que possui características econômicas de uma comunidade com modos de produção de subsistência. Assim compreendemos que os quilombolas do Jacarequara elegeram um novo modo de produção que altera as relações socioterritoriais a partir da influência que a empresa de capital financeiro como a Natura exerce na comunidade.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de compreendermos que o modo de vida dos quilombolas ganha uma nova forma de subsistência. Porém o modo de vida tradicional passado de geração para geração pode ser substituído com o passar do tempo. Já que se alteram as relações socioespaciais, se altera também o território e conseqüentemente deixa de

reproduzir as práticas de produção tradicional que os identifica como quilombolas, sendo este um relevante impacto nas relações sociais que não são pensados pela empresa nem pelos próprios quilombolas como um impacto a ser considerado que alteram as relações socioespaciais com passar dos anos.

Podemos dizer que a inserção dessa comunidade tradicional à economia de mercado tende cada vez mais a introduzir mudanças no sistema de valores tradicionais, enfraquecendo a organização tradicional do grupo, por isso a comunidade apresenta estruturas sociais, econômicas e políticas, como mostra o gráfico 01, distintas do sistema capitalista global vigente.

Apesar das evidências postas nas análises sobre a parceria comercial na comunidade Jacarequara, não está claro de que maneira esta parceria de mercado afeta as estruturas sociais de troca e compartilhamento de produtos entre as famílias através de produtos e de mutirões entre os quilombolas. Esta estrutura analítica desenvolvida na pesquisa avalia a hipótese de que a parceria entre empresa e comunidade induz à maior entrada de dinheiro na aquisição de bens, e de trocas de serviços pagos com dinheiro, quebrando o sistema tradicional de trocas de serviços e produtos como consequência negativa para a comunidade. Logo, é de suma importância que analisemos como o espaço e o tempo do modo de produção com características que visa à geração de renda monetária pode expor ao mercado um espaço e um tempo tradicional de produção e as relações sociais não excludentes, trazendo para debate as parcerias desenvolvidas entre empresas e comunidade tradicional, cuja relação é frequente e oportuna na Amazônia.

Falar de parcerias entre empresas e comunidades tradicionais na Amazônia é trazer para debate a prática corriqueira no espaço amazônico, onde ocorre a valorização dos recursos naturais da floresta a serem preservados de forma sustentável, secundarizando as relações socioespaciais tradicionais nos projetos de cunho sustentável. São esses os principais critérios elegidos neste trabalho para o qual chamo atenção, a partir dos impactos na relação socioespacial na comunidade Jacarequara, pois tanto no discurso, como nas práticas da empresa de Cosmético Natura visa o desenvolvimento sustentável da Amazônia e a inserção dos povos tradicionais na lógica de comercialização.

Favorecendo os recursos naturais como fatores a serem preservados, e os modos de vidas tradicionais, que muito contribuem para a sustentabilidade da floresta não estão inseridos nos projetos de sustentabilidade da empresa que utiliza dos recursos da floresta a não ser de forma que as sociedades da floresta e seus modos de vidas tradicionais são explícitos de forma discursiva como *marketing* de valorização dos cosméticos.

Para debate a respeito da lógica de parcerias comerciais com comunidades tradicionais, as análises da lógica de produção flexível em uma escala mais ampla discutida por Benko (2002) que fala da inserção da flexibilização do capital na organização territorial da produção capitalista, assim, podemos compreender que o território da comunidade com o passar do tempo ganha novos agentes reguladores desse espaço, ambos com interesses diferentes.

Benko (2002) diz que é a partir da regulação global mais flexível que foi possível ocorrer esse tipo de parcerias comerciais entre dois agentes com interesses tão diferentes, facilitando também que todas as fases de acumulação e de circulação, tanto de serviços como de produtos ficasse mais fluido na economia mundial, flexibilizando as relações de produção em espaços globais para espaços mais remotos da sociedade.

Na visão de Harvey (2005) é possível observamos a expansão geográfica das indústrias capitalistas nas mais diversas áreas do mundo. O que ele chama a atenção mesmo é para essa facilidade de se instalar ou mesmo de manter vínculos comerciais com diversos lugares e culturas capazes de proporcionar cada vez mais o acesso de grandes empresas capitalistas na reserva da Natureza do mundo e juntamente o acesso à mão de obra barata. Fato esse muito comum no espaço amazônico.

Nossa análise para a Amazônia fica bem explícito no que Harvey (2005) nos chama a atenção, pois desde o início da exploração dos recursos naturais a Amazônia é um território propício e rico de recursos naturais e de mão de obra barata. Devido a essas características o território amazônico é alvo da exploração dos recursos naturais e sociais pelo grande capital, que se intensificou com a globalização e a fluidez dos produtos e das pessoas.

É devido a esse cenário de globalização e exploração dos recursos naturais que Porto-Gonçalves (2006) fala da importância da “Natureza” frente aos interesses de exploração pelos capitalistas, pois o capital tem a facilidade de dupla dominação, tanto da natureza como da sociedade. Ao estudar a parceria comercial entre a empresa de cosméticos Natura e a comunidade tradicional Jacarequara no nordeste paraense, constatou-se que há a presença dessa nova lógica de produção flexível do capital no campo, podemos claramente observar a expansão do capital nos espaços tradicionais desarticulando o modo de vida tradicional e consequentemente a criação de novas territorialidades na comunidade.

Antes de finalizar é importante ressaltar como os quilombolas do Jacarequara reagem à parceria comercial com empresa de cosmético Natura. Podemos dizer que no geral todos concordam e aceitam os acordos posto pela empresa. Como destacou Haesbaert (2004), os modos de vidas tradicionais dos quilombolas não estão sendo transformados e sim os

quilombolas elegend outro modo de vida para se relacionar com espaços de produção comercial e global.

4. Considerações Finais

Essa pesquisa buscou responder a seguinte questão: quais os impactos da parceria comercial da empresa de cosméticos Natura na comunidade quilombola Jacarequara na reorganização das relações socioespaciais dos quilombolas?

Do ponto de vista teórico, autores como Benko (2002) e Harvey (2005) mostram que as relações de produção capitalista contemporânea se flexibilizam e se apropriam dos recursos naturais como matéria prima e da sociedade como mão de obra barata para garantir o lucro. As parcerias comerciais são estratégias capitalistas fruto da flexibilização avançada do sistema capitalista. Não podemos limitar nossas análises exclusivamente no desenvolvimento sustentável, pensando somente nos recursos naturais, mas também pensar no desenvolvimento sustentável das sociedades tradicionais e preservando seus modos de vida adquiridos de seus antepassados, que no geral são relações socioespaciais de baixo impacto na natureza.

Quando se pensa em desenvolvimento sustentável na Amazônia não se pode negar a importância de preservar os modos de vidas tradicionais que dão equilíbrio aos recursos da floresta. É necessário que se reverta o padrão de projetos de desenvolvimento sustentável que visam somente aos recursos naturais, apesar de que são esses modelos os mais frequentes na Amazônia, ficando os amazônidas excluídos dos discursos do desenvolvimento sustentável. Práticas de parcerias comerciais entre empresas e comunidades tradicionais como a que ocorre na comunidade Jacarequara é uma prática dos modelos sustentáveis desenvolvidos no nordeste paraense.

As comunidades tradicionais, cuja história está ligada à busca de sobrevivência e reprodução de suas identidades, estão cada vez mais inseridas na lógica de produção capitalista contemporânea. Nesse sentido, é preciso destacar que a inserção dessas parcerias comerciais em comunidades tradicionais como vem se desenvolvendo alteram as relações socioespaciais, podendo ser de modo negativo para as comunidades tradicionais que estão sujeitas a inserir em seus modos de vidas uma prática comercial individualista e que os deixam à mercê das oscilações do mercado.

Podemos colocar como proposta para a sociedade parcerias entre empresas e comunidades tradicionais como uma estratégia capaz de promover a conservação ambiental e também melhorar o padrão de vida das sociedades tradicionais prevalecendo o desenvolvimento das práticas de produção tradicional.

Chamo atenção neste trabalho que mostrou a inserção de uma prática comercial na comunidade quilombola Jacarequara sobre carência de recursos alternativos para melhorar a educação ambiental na comunidade, incentivando a permanência e o cuidando com a floresta,

também ressaltar a necessidade de apresentar aos quilombolas a importância dos produtos não madeireiros para o mercado dos cosméticos, pois assim não ficam sujeitos aos preços e a monopolização da empresa de cosméticos Natura, podendo a própria comunidade beneficiar o sabonete ou mesmo cremes para o corpo da amêndoa do murumuru, criando alternativas para a juventude quilombola permanecer no seu território, reproduzindo as relações de cooperação e sociabilização e mantendo o equilíbrio dos produtos florestais.

Não podemos deixar de enfatizar que a parceria comercial entre empresa e comunidades tradicionais muito tem contribuído para a manutenção da mata ciliar preservada, ou seja, percebe-se que a floresta foi mantida, mas os animais que se alimentavam da amêndoa do murumuru, que antes ao cair da árvore servia de alimento, agora são obrigados a migrarem para outras áreas, pois a amêndoa é coletada o ano inteiro, como podemos observar na Tabela 02 que apresenta a produção agrícola dos quilombolas do Jacarequara. São vários os impactos que uma parceria comercial pode ocasionar para a sociedade e para a floresta.

Na comunidade quilombola Jacarequara observou-se que ainda estão distantes os padrões de desenvolvimento sustentável para a sociedade e para a própria floresta. As famílias coletoras convivem com a contradição da abundância dos recursos naturais e ao mesmo tempo com a escassez de serviços básicos, como a distribuição de água, fossa séptica, educação ambiental e saúde de qualidade, sendo que, o que mais a comunidade tem em abundância são os recursos naturais. Esses são explorados e consumidos mais por agentes externos, o lucro desses produtos ficam com os donos dos meios de produção, ficando para os quilombolas somente a tarefa de serem coletores “apaixonados” pela profissão que exercem.

Falar da repartição dos benefícios desses produtos florestais não madeireiros entre empresa e a comunidade fica sendo uma tarefa difícil, pois é complicado colocar em debate abertamente essa questão. O que acontece é que na maioria das vezes as comunidades não são conhecedoras dos significados e dos grandes benefícios que os produtos florestais têm em relação ao valor de mercado. Devido não ser discutido na comunidade e nem na associação, o governo do município tem interesse de se manifestar para melhor gerir os recursos naturais da comunidade para a própria comunidade.

Constatou-se que na comunidade falta conhecimento e articulação para exigir planos desenvolvimentistas para a sociedade, fazendo com que se cumpram seus direitos e seus interesses frente às empresas capitalistas. Parcerias comerciais são alianças entre comunidades tradicionais cada vez mais frequentes na Amazônia devido às ameaças do mercado global, logo ainda é necessário que as comunidades tradicionais se articulem em prol de seus direitos e garantias de seus recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação. In: **Ambiente & Sociedade**, ano II, n 5, 1999.

ANDERSON, A; CLAY, J. (Orgs.). **Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis**. Instituto Internacional de Educação do Brasil, São Paulo: Ed. Fundação Peirópolis, 2002.

ALMEIDA, R. **Arte, cultura e memória em um povoado quilombola: Jacarequara em pauta**. TCC apresentado ao curso de História da UFPA para a obtenção do grau em Licenciatura e Bacharelado em História. Cametá - PA, 2009.

ACEVEDO, R. ; CASTRO, E. **Negros dos Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: Na Aurora do Século XXI**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec/ Annablume, 2002.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

CASTRO, E. **Escravos e Senhores de Bragança** (Documentos históricos do século XIX, Região Bragantina, Pará). Belém: NAEA, 2006.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 3. ed. São Paulo: Duas Livrarias, 1975.

COSTA, J. M. ; RICHETTI, P. Parceria entre empresa e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: processos contemporâneos de mercantilização da cultura e do meio ambiente. **Novos Cadernos NAEA**. V.13, n.2, p. 261-275, 2010.

DIEGUES, A. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, E. ; PINTON, F. (Orgs). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP/ UFPA-NAEA, 1997.

_____. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000.

_____. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niteroi: UFF/ AGB, 2002. p. 17.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume 2005. (Coleção Geografia e adjacências).

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

_____. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.

_____. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M. M. (Orgs.). **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. In: **Estudos Avançados**, n 19 (54), 2005.

MALCHER M. A. F. **Territorialidade Quilombola no Pará:** um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Pará (UFPA), 2011.

MORSELLO, C. **Market Integration and Sustainability in Amazonian Indigenous Livelihoods:** the Case of the Kaiapó. Tese (PhD). School of Environmental Sciences, University of East Anglia, Grã-Bretanha, 2002. Disponível em (<http://www.parceriasflorestais.org/>).

Morsello, C. **Parcerias Comerciais entre Empresas e Comunidades Amazônicas:** Oportunidades, Problemas e Desafios. In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ambiente e Sociedade, 2004, Indaiatuba, SP. *Anais*. Indaiatuba: ANPPAS. (www.anppas.org/encontro/segundo/papers/)

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: 2004.

PINTO, B. C. M. **Nas Veredas da Sobrevivência:** memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2004.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977

_____. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 19. ed Rio de Janeiro: Record, 2010.

SUZUKI, G. T. **O conceito de sustentabilidade e estratégia empresarial:** O caso Natura na Amazônia. Dissertação de mestrado (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Programa de pós graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tópico Úmido- PDTU). Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2009.

VIEIRA, P. F. ; MAIMON, D. (Orgs.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental:** Rumo à Interdisciplinaridade. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

APÊNDICES

Questionário aplicado na comunidade do Jacarequara em ___/06/2015

Aplicado para o gestor (a) da familiar

PROFISSÃO: _____

NOME: _____

IDADE: _____

QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ? _____

1- Você participa de qual forma de organização na comunidade ou no seu município?

Associação () cooperativa () sindicato () grupos religiosos () outros _____

2- Quais são os produtos que cultivam para garantir o alimento da família antes da parceria com a natureza?

Mandioca () milho () feijão () outros _____

3- Por que deixou de ser cultivado ou continua cultivando com que frequência?

4- Quais os produtos que você coletava para garantir o sustento de sua família antes da parceria com Natura?

5- Porque você deixou de coletar?

6- Quais animais você criava antes da Parceria com Natura?

7- Porque você deixou de criar?

8- Você tem o hábito de pescar ou caçar animais para complementar sua alimentação?

9- Como era o seu roçado?

Individual () coletiva entre os membros da família () coletivas entre os membros de outras famílias() outros: _____

10- O que você plantava e coletava? Em que mês cada uma delas?

Mandioca _____

Milho _____

Feijão _____

Pimenta do reino _____

Outros _____

Frutas _____

11- Como é organizado a utilização da casa de farinha?

Individual() coletiva entre os membros da famílias () coletivas entre os membros de outras famílias () outros _____

12- Como era o tamanho do roçado?

- De acordo com a quantidade de pessoas membro da família()
- De acordo com a quantidade de famílias envolvidas na produção ()

13- Em que mês você começava a fazer o seu roçado? Qual era o processo de fazer seu roçado?

14- Em que mês você começa a fazer o seu roçado? Qual é o processo de fazer seu roçado?

15- No trabalho da roça tinha a prática de mutirão entre pai, filhos solteiros e filhos já casados?

SIM () NÃO ()

16- No trabalho da roça tem a pratica de mutirão entre a sua família com outra família?

SIM () NÃO ()

17- Onde é feito a comercialização da sua produção?

18- Você tinha o hábito de trocar produtos com?

VIZINHOS () FAMILIARES()

19- Na sua família tem algum membro que é:

Assalariado () servidor publico () aposentado () pensão () bolsa família ()

20- Quais as festividades que ocorriam na sua comunidade e em que mês antes e atualmente?

21- Sua Família coleta murumuru?

SIM () NÃO ()

22- Por que você não coleta o murumuru?

23- Quando começou a parceria com natura?

24- Como você reagiu à proposta para coletar o murumuru?

25- Quais os benefícios que empresa trouxe para sua família?

26- Há aspectos que você considera negativo nessa parceria?

27- -Como é a relação da coleta e da quebra da amêndoa na sua família?

28- Como é a relação entre as famílias na coleta e na quebra da amêndoa?

28 -Quais os meses da coleta?

29- Quais os meses da quebra da amêndoa?

30- Quais os meses da entrega da amêndoa?

31 Quais equipamentos e assistência a NATURA oferece para a comunidade?

Comercialização _____

Assistência técnica _____

Projeto social _____

32- Como se faz a coleta?

Individual () coletiva entre os membros da família () coletivas entre os membros de outras famílias

() outros: _____

33- Como se faz a quebra da amêndoa?

Individual() coletiva entre os membros da família () coletivas entre os membros de outras famílias ()

() outros _____

34- Qual a sua área de coleta da amêndoa? Como é feito a divisão das áreas entre as famílias coletoras?

35- Quais são os produtos que cultivam ou coletam após a parceria com a Natura?

36- Quais produtos você coleta da floresta atualmente para garantir o sustento de sua família?

37- Quais animais você cria atualmente?

38- Como é atualmente o seu roçado?

Individual () coletiva entre os membros da família () coletivas entre os membros de outras famílias

() outros: _____

39- O que você planta e coletava? Em que mês cada uma delas?

Mandioca _____

Milho _____

Feijão _____

Pimenta-do-reino _____

Outros _____

Frutas _____

40- Como é o tamanho do roçado?

- De acordo com a quantidade de pessoas membro da família ()
- De acordo com a quantidade de famílias envolvidas na produção ()

41- No trabalho da roça ainda tem prática de mutirão entre pai, filhos solteiros e filhos já casados?

SIM () NÃO ()

42- No trabalho da roça ainda tem a prática de mutirão entre a sua família com outra família?

SIM () NÃO ()

43- Você tem o habito de trocar produtos com?

VIZINHOS () FAMILIARES()

Questionário aplicado para a Cooperativista Mista dos Agricultores entre os Rios Caeté e Gurupi (COOMAR) em 24/06/2014

01- Quantos moradores da comunidade do Jacarequara eram cadastrados como sócios agricultores na COOMAR antes da parceria com a Natura?

02- Qual foi o ano que iniciou a parceria da COOMAR com a empresa de Cosmético Natura?

03- De que maneira é feita a comercialização do murumuru para a Natura?

04- Qual o tempo de entrega do murumuru pelos sócios para a COOMAR?

05- No primeiro ano quantos quilos de murumuru foram comercializados para a Natura?

06- Qual era a produção agrícola entregue pelos sócios que moram no Jacarequara para comercializar na COOMAR antes do murumuru?

07- A produção entregue pelos sócios continua sendo diversificada? Se existe, quais são? Ou o murumuru é a única produção entregue pelos sócios que moram no Jacarequara?

08- Qual assistência a NATURA oferece para a comunidade?

09- Atualmente quantos sócios cadastrados na COOMAR? Dos que coletam o murumuru, quantos moram no Jacarequara?

10- Quantos quilogramas (Kg) de murumuru são comprados dos sócios que moram no Jacarequara?
